Farol estudos

EDIÇÃO 2026.11.20

AMOSTRA GRÁTIS · CADERNO COMPLETO DE ESTUDO

Agente de Trânsito (Detran)

Teoria pelo edital, letra da lei, mapas mentais, flashcards e questões comentadas, com QR code para vídeo, podcast e simulado online.

8	142	2.059	1.158
disciplinas	tópicos	questões comentadas	flashcards

farolestudos.com.br

Farol estudos

Caderno completo · Agente de Trânsito (Detran)
Edição 2026.11.20, gerada em 20/11/2026 a partir do conteúdo da plataforma Farol Estudos.

Material de estudo independente, sem vínculo com órgão público ou banca organizadora. As questões marcadas como “Prova real” citam a banca e o ano de origem; as demais são inéditas, escritas pela equipe Farol.

Licença de uso individual e intransferível. É proibido revender, compartilhar ou publicar este arquivo, no todo ou em parte. O conteúdo é atualizado continuamente no site: use os QR codes para ver a versão mais recente de cada tópico.

Encontrou um erro ou quer sugerir algo? Escreva para suporte@farolestudos.com.br.

Crie sua conta grátis
plano do dia, questões ilimitadas e revisão espaçada

Como usar este caderno

★ **Resumo**
a essência do tópico em poucas linhas. Comece por aqui e volte nele na véspera.

§ **Letra da lei**
os dispositivos que a banca transcreve. Leia em voz alta: a prova troca uma palavra.

! **Como a banca cobra**
as pegadinhas que mais derrubam candidatos, com o raciocínio para não cair.

✓ **Revisão rápida**
checklist para marcar o que você já domina. O que ficar em branco volta para a revisão.

✳ **Mapa mental**
o tópico inteiro numa página. Ótimo para revisar em 2 minutos.

◧ **Flashcards**
cubra a coluna da direita e responda antes de olhar.

? **Questões**
no formato da prova. O gabarito comentado fica no fim de cada disciplina.

O método em quatro passos

1. **Leia** o tópico na ordem: resumo, entenda, letra da lei.
2. **Feche o caderno** e refaça o mapa mental de memória.
3. **Resolva** as questões e confira o gabarito comentado.
4. **Revise** com os flashcards em 1, 7 e 30 dias. No app, a revisão espaçada faz essa conta por você.

QR codes: o caderno continua online

Cada tópico traz QR codes para a página do tópico (com podcast e atualizações), a videoaula, quando houver, e todas as questões do tema corrigidas na hora. No fim do caderno, um simulado no formato da prova, que você também pode fazer online com nota projetada.

Simulado online grátis
nota projetada na hora

Edital verticalizado
marque o que já estudou

Raio-X da prova

BANCA
a definir

REFERÊNCIA
Edital Detran-SP nº 1/2026 (Instituto Avalia)

OBJETIVA
60 questões de múltipla escolha (A–E)

TEMPO
5h

Questões de múltipla escolha com 5 alternativas (A–E) e uma correta. Errar ou deixar em branco vale zero, sem desconto. Aprovação com 60% dos pontos. A prova vale 60 pontos; é eliminado quem fizer menos de 60% (36 pontos).

DISCIPLINA	BLOCO	PESO	TÓPICOS	ALTA PRIORIDADE	PÁGINA
Língua Portuguesa	B	10	27	12	6
Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático	B	5	19	5	Volume 1
Noções de Informática	B	5	17	4	Volume 1
Direito Constitucional	B	5	16	7	Volume 1
Direito Administrativo	B	5	23	16	37
Código de Trânsito Brasileiro	E	17	18	12	Volume 1
Resoluções do CONTRAN	E	8	19	10	Volume 1
Legislação Estadual	E	5	3	2	Volume 1

Sumário

Língua Portuguesa 6
1.1 Coesão referencial — pronomes e retomadas 7
1.2 Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação 18

Direito Administrativo 37
5.1 Estado, governo e Administração Pública; conceito, objeto e fontes do Direito Administrativo 38
5.2 Ato administrativo — elementos e atributos 44

Simulado final 51

01

Língua Portuguesa

2 tópicos · 31 questões no caderno · 31 online

1.1 Coesão referencial — pronomes e retomadas ● 7

1.2 Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação ● 18

● prioridade alta no edital

1.1 ITEM 4.1 DO EDITAL PRIORIDADE ALTA

Coesão referencial — pronomes e retomadas

Tópico online
podcast, revisão e atualizações

10 questões online
corrigidas na hora

Resumo

Coesão referencial é a ligação entre um termo do texto e outro que ele retoma ou antecipa. A banca pede o referente de um pronome ou testa a troca de um elemento coesivo por outro.

- **Direção:** a anáfora retoma o que já foi dito; a catáfora antecipa o que virá.
- **Recursos gramaticais:** pronomes, numerais, advérbios e elipse.
- **Recursos lexicais:** repetição, sinônimo, hiperônimo, nominalização e expressão equivalente.
- **Alcance:** o referente pode ser uma palavra, uma expressão ou uma ideia inteira.
- **Demonstrativos:** cada forma tem um uso textual próprio.
- **Método:** substituir o pronome pelo candidato a referente e reler a frase.

Entenda

Anáfora e catáfora

Na anáfora, o referente vem antes e o termo coesivo o retoma. Na catáfora, o termo coesivo vem antes e o referente aparece depois. Enumeração após dois-pontos que detalha um termo genérico é catáfora: o termo genérico antecipa a lista.

- **Anáfora:** *O policial chegou ao local.* ***Ele*** *isolou a pista.*
- **Catáfora:** *O agente disse apenas* ***isto****: a rodovia será liberada às 18h.*

> *Ex.: em "Tudo o que a avó fabrica tem cheiro bom: bolo, biscoito, sonhos", "Tudo" antecipa a enumeração. Chamar a relação de anafórica está errado.*

Pronomes pessoais e possessivos

O pronome reto (*ele, ela*) e os oblíquos retomam nomes já citados. *O, a, os, as* retomam objeto direto; *lhe*, objeto indireto de pessoa. O possessivo (*seu, sua*) indica de quem é algo e pode gerar ambiguidade quando há dois antecedentes possíveis.

- **Certo:** *Parei o motorista e* ***o*** *multei. / Entreguei-****lhe*** *a notificação.*
- **Ambíguo:** *O diretor falou com o assessor em* ***sua*** *sala.* (sala de quem?)

> *Ex.: em "retornar à cidade, que o atraiu graças a seus dotes urbanísticos", "seus" retoma "a cidade": os dotes são dela.*

Demonstrativos

- ***Esse, essa, isso:*** retomam o que já foi dito.
- ***Este, esta, isto:*** anunciam o que vem; em pares, retomam o termo mais próximo.
- ***Aquele, aquela, aquilo:*** em pares, retomam o termo mais distante.

> *Ex.: "O texto compara sociedades tribais e sociedades industrializadas. Naquelas, o tempo é cíclico." "Naquelas" retoma "sociedades tribais", o termo mais distante.*

Retomada de ideia inteira

Isso, *isto*, *tal fato* e o pronome *o* invariável podem retomar um período, um parágrafo ou um predicativo, e não só um substantivo. O item erra quando aponta como referente uma única palavra próxima.

- *A fiscalização aumentou e os sinistros caíram.* ***Isso*** *animou a equipe.* (isso = os dois fatos)
- *Uma pessoa excêntrica em um aspecto frequentemente* ***o*** *é em outros.* (o = excêntrica)

> *Ex.: no segundo caso, o item que afirma que "o" retoma "aspecto" está errado: o pronome retoma o predicativo.*

"Isso" e "o que" não se trocam livremente

Isso pode abrir um período novo, porque é sujeito de uma oração independente. *O que*, com valor de retomada, é demonstrativo mais relativo e introduz oração subordinada: precisa ficar preso ao período anterior, depois de vírgula. Iniciando período isolado, deixa a frase sem oração principal.

- **Certo:** *A corporação investiu em prevenção.* ***Isso*** *reduziu os sinistros.*
- **Certo:** *A corporação investiu em prevenção,* ***o que*** *reduziu os sinistros.*
- **Errado:** *A corporação investiu em prevenção.* ***O que*** *reduziu os sinistros.*

> *Ex.: a PRF 2021 propôs trocar "Isso", no início do período, por "O que". Item errado.*

Relativos, numerais e advérbios

O relativo (*que, o qual, cujo, onde*) retoma o termo que o antecede. Quando há vários "que" coordenados, todos costumam retomar o mesmo núcleo. Numerais e indefinidos (*um, outro, ambos*) retomam nomes. Advérbios retomam lugar e tempo (*lá, ali, então*).

- *Procurava um homônimo havia anos. Mas eis que* ***um*** *surgiu.* (um = um homônimo)
- *São grupos* ***que*** *se reconhecem como tais e* ***que*** *ocupam territórios.* (os dois "que" = grupos)

> *Ex.: a troca de "que" por "o qual" exige ajustar gênero, número e preposição: "a lei à qual me referi".*

Elipse

Elipse é a omissão de um termo que o contexto recupera. Conta como retomada. Zeugma é a elipse de termo já expresso na frase.

- *[Nós] Somos animais diurnos.* (sujeito recuperado pela desinência)
- *Eu fui de carro; ele, de ônibus.* (omitido: foi)

> *Ex.: em "O condutor parou. Apresentou os documentos", o sujeito de "apresentou" é "o condutor", retomado por elipse.*

Coesão lexical

A retomada também se faz com palavras de sentido pleno:

- **Repetição:** *a política... a política.*
- **Sinônimo:** *os ciberataques... os ataques cibernéticos.*
- **Hiperônimo:** *O caminhão foi apreendido;* ***o veículo*** *estava irregular.*
- **Nominalização:** *Os preços subiram.* ***A alta*** *preocupou o governo.*
- **Expressão definida:** *o Presidente...* ***o chefe do Executivo****.*

> *Ex.: "Tudo está conectado", no fim do texto, retoma por coesão lexical a frase inicial "Tudo está interconectado".*

Teste do referente

Para confirmar o referente, substitua o termo coesivo pelo candidato e releia. Duas coisas têm de fechar: o sentido da frase e a concordância de gênero e número. Adjetivo não serve de referente a possessivo; o referente é o nome de quem pratica ou possui.

- *Estas colocam os homens em dependência dos elementos naturais para atendê-**las**.* → "Estas" e "las" = necessidades dos seres humanos.

> *Ex.: "sua atuação", em parágrafo sobre o Ministério Público, não retoma "infantoadolescentes" (adjetivo de "direitos"); retoma o Ministério Público.*

Quadro

Forma	Uso no texto	Exemplo
esse, isso	retoma o já dito	*Use o cinto;* ***isso*** *salva vidas.*
este, isto	anuncia o que vem	*Lembre-se* ***disto****: use o cinto.*
este (em par)	o mais próximo	*João e Pedro vieram;* ***este****, de moto.* (Pedro)
aquele (em par)	o mais distante	*...;* ***aquele****, de carro.* (João)

Como a banca cobra

- "O pronome 'Isso', que introduz o período, poderia ser corretamente substituído por 'O que'." → **errado** (o período ficaria sem oração principal).
- "O vocábulo 'um' refere-se a um indivíduo com nome idêntico ao do autor." → **certo** ("um" retoma "homônimo").
- "A enumeração após os dois-pontos caracteriza relação anafórica com 'Tudo'." → **errado** (é "Tudo" que antecipa a enumeração).
- "O termo 'o', em 'frequentemente o é em outros', retoma 'aspecto'." → **errado** (retoma o predicativo "excêntrica").
- "'Os ataques cibernéticos' e 'os ciberataques' constituem mecanismo de coesão referencial." → **certo** (retomada por sinônimo).
- "O vocábulo 'que', em 'que ocupam territórios', retoma 'formas próprias de organização social'." → **errado** (retoma "grupos", núcleo comum aos relativos coordenados).
- **Detalhe que derruba o item:** o referente apontado é o termo mais próximo, e não o que fecha sentido e concordância; ou o item reduz a uma palavra o pronome que retoma a ideia toda.

Revisão rápida

- ☐ **Qual a diferença entre anáfora e catáfora?** A anáfora retoma; a catáfora antecipa.
- ☐ **O que "isso" pode retomar?** Uma palavra ou uma ideia inteira já dita.
- ☐ **Em pares, o que retomam "este" e "aquele"?** "Este", o mais próximo; "aquele", o mais distante.
- ☐ **"Isso" pode virar "O que" no início do período?** Não; "o que" só funciona preso ao período anterior, após vírgula.
- ☐ **Numeral retoma?** Sim: "um", "outro" e "ambos" retomam nomes.
- ☐ **O que é coesão lexical?** Retomada por repetição, sinônimo, hiperônimo ou nominalização.
- ☐ **Como testar o referente?** Substituir o pronome pelo candidato e conferir sentido e concordância.

Mapa mental

Coesão referencial

Conceito

- Anáfora: retoma o já dito
- Catáfora: antecipa o que vem

Mecanismos

- Pronomes, numerais, indefinidos
- Elipse, sinônimo, hiperônimo
- Nominalização e repetição

Demonstrativos

- Esse/isso: retomam
- Este/isto: anunciam
- Em pares: este próximo, aquele distante
- Isso e tal fato retomam ideias inteiras

Teste do referente

- Trocar o pronome pelo candidato
- Sentido e concordância têm de fechar

Pronomes oblíquos

- O/a: objeto direto
- Lhe: objeto indireto de pessoa

Cuidados

- "O que" isolado deixa frase sem principal
- Possessivo pode gerar ambiguidade

⚠ Pegadinha

- Trocar "Isso" por "O que" abrindo período → errado

Flashcards

cubra a resposta e teste a memória

O que fazem os pronomes demonstrativos ("isso", "isto", "aquilo") num texto, e por que substituí-los por "o que" costuma estar errado?	Retomam **ideias inteiras**, não só um termo isolado. Substituição direta por pronome relativo ("o que") geralmente exige reestruturar a frase, alterando a coesão original.
Como confirmar o referente de um pronome (ou de um numeral/indefinido como "um") num item de coesão?	**Substitua o termo pelo candidato e releia**: o sentido tem de fechar e **gênero/número** têm de bater. Numerais e indefinidos também retomam ("Mas eis que **um** surgiu" = um homônimo).
O que é coesão lexical e como o Cebraspe a cobra?	Retomada de um termo ou ideia por **repetição, sinônimo, hiperônimo ou expressão equivalente** (ex.: "Tudo está interconectado" → "Tudo está conectado"). Diferente da coesão gramatical (pronomes, elipse, conectores).
Anáfora × catáfora: como distinguir ("Tudo o que a avó fabrica tem cheiro bom: bolo, biscoito...")?	**Anáfora** retoma o que já foi dito (termo antes, retomada depois). **Catáfora** antecipa o que ainda será dito ("Tudo..." / "isto:" + enumeração após dois-pontos). A enumeração que especifica um termo genérico anterior não é anáfora.

Coesão por substituição: quais recursos?	**Pronomes** (pessoais, possessivos, demonstrativos, relativos), **advérbios** (*lá, aí*), **sinônimos**, **hiperônimos** e **elipse** (omissão de termo recuperável). Retomam o que veio **antes** (anáfora) ou antecipam (catáfora).
Conectores: como classificar por relação lógica?	**Adição** (e, além disso), **oposição** (mas, porém, contudo), **conclusão** (logo, portanto), **explicação** (pois, porque), **alternância** (ou), **causa** (porque, visto que), **concessão** (embora).
Como confirmar o referente de um pronome (ou de um numeral/indefinido como "um") num item de coesão?	**Substitua o termo pelo candidato e releia**: o sentido tem de fechar e **gênero/número** têm de bater. Numerais e indefinidos também retomam ("Mas eis que **um** surgiu" = um homônimo).

? Questões

gabarito comentado na p. 35

1

INÉDITA FAROL

Todo servidor que atende ao público conhece a cena: o cidadão chega irritado, depois de horas de espera, e despeja no primeiro rosto que encontra toda a frustração acumulada. Nessas horas, a tentação é responder no mesmo tom. Quem trabalha há mais tempo, porém, aprende que a firmeza não depende da rispidez. Ouvir até o fim, repetir em voz calma o que foi pedido e explicar com clareza o que pode e o que não pode ser feito costuma desarmar a raiva mais rápido do que qualquer regulamento lido em voz alta. Não se trata de aceitar desaforos, mas de lembrar que, do outro lado do balcão, há alguém que talvez tenha perdido um dia de trabalho para estar ali.

Texto autoral para fins didáticos.

No último período do texto, a expressão “do outro lado do balcão” refere-se:

(A) ao servidor que atende.

(B) ao cidadão que procura o atendimento.

(C) ao regulamento do órgão.

(D) à chefia imediata.

(E) aos colegas de trabalho.

2

INÉDITA FAROL

Durante anos, o trecho da serra foi conhecido como o mais perigoso da região. As curvas fechadas, a neblina frequente e o acostamento estreito somavam-se à pressa de quem queria vencer a subida antes do anoitecer. Nos últimos tempos, porém, os registros de acidentes caíram de forma expressiva. Não houve obra de duplicação nem mudança no traçado: o que mudou foi a combinação de sinalização mais visível, radares nos pontos críticos e fiscalização frequente nos fins de semana. Os motoristas que antes reclamavam das abordagens passaram a reconhecer que a viagem ficou mais tranquila. O caso sugere que nem toda solução para a segurança viária depende de grandes investimentos em engenharia; às vezes, o resultado vem de medidas simples, aplicadas com constância.

Texto autoral para fins didáticos.

No texto, a expressão “O caso”, no início do último período, retoma:

(A) a experiência de queda dos acidentes no trecho da serra, relatada nos períodos anteriores.

(B) a reclamação dos motoristas sobre as abordagens.

(C) a ausência de obra de duplicação.

(D) a pressa de quem queria vencer a subida.

(E) o anoitecer na serra.

3

INÉDITA FAROL

O diretor recebeu os relatórios na segunda-feira. Ele os analisou com cuidado e devolveu-os à equipe com sugestões de ajuste. Esta, por sua vez, refez os cálculos em dois dias e entregou a versão final antes do prazo.

Texto autoral para fins didáticos.

No texto, o pronome “Esta”, no início do terceiro período, retoma:

(A) o diretor.

(B) os relatórios.

(C) a segunda-feira.

(D) a equipe.

(E) as sugestões de ajuste.

4

INÉDITA FAROL

O acostamento existe para emergências, mas, nas rodovias brasileiras, transformou-se em faixa extra para quem não tolera esperar. Nos feriados, quando o fluxo de veículos dobra, motoristas impacientes avançam pela lateral da pista e criam um risco que ultrapassa o próprio veículo: obrigam ambulâncias a disputar espaço, surpreendem ciclistas e pedestres e, não raro, provocam colisões ao retornar à faixa de rolamento. A fiscalização eletrônica ajuda a coibir a prática, porém não a elimina. Especialistas lembram que a regra só se torna hábito quando o condutor entende que o acostamento livre pode ser, amanhã, o caminho do socorro que ele próprio vai esperar.

Texto autoral para fins didáticos.

No trecho "A fiscalização eletrônica ajuda a coibir a prática, porém não a elimina", o pronome "a", em "não a elimina", retoma:

(A) a fiscalização eletrônica.

(B) a prática.

(C) a faixa de rolamento.

(D) a pista.

(E) a regra.

5

INÉDITA FAROL

Dona Lurdes chegou ao balcão às sete e meia, meia hora antes de a repartição abrir. Trazia numa sacola plástica todos os papéis que juntara em quarenta anos de trabalho: carteiras, recibos, um contracheque amarelado. Queria a aposentadoria e não confiava em computadores. O servidor que a atendeu poderia ter dito que tudo se resolvia pelo aplicativo; preferiu sentar-se ao lado dela e abrir, um a um, os documentos. Saíram de lá, os dois, com o pedido protocolado e uma lição que nenhum treinamento ensina: atender bem é, antes de tudo, não ter pressa com quem esperou a vida inteira.

Texto autoral para fins didáticos.

No último período do texto, a expressão "os dois", em "Saíram de lá, os dois", refere-se a:

(A) dois documentos retirados da sacola.

(B) carteiras e recibos.

(C) Dona Lurdes e o servidor.

(D) o servidor e a repartição.

(E) a sacola e os papéis.

6

INÉDITA FAROL

Um levantamento divulgado nesta semana mostra que os atropelamentos em rodovias federais se concentram no período noturno e nos trechos urbanos, onde a pista corta bairros inteiros. Segundo os técnicos, a falta de passarelas e de iluminação obriga moradores a atravessar a via em pontos perigosos, muitas vezes carregando crianças ou compras. O estudo recomenda medidas simples, como faixas elevadas e redutores de velocidade, cujo custo é baixo diante das vidas que podem ser poupadas. Para os autores, a engenharia viária precisa enxergar quem caminha, e não apenas quem dirige.

Texto autoral para fins didáticos.

No primeiro período do texto, o pronome relativo “onde” retoma:

A) o levantamento.
B) os trechos urbanos.
C) as rodovias federais.
D) o período noturno.
E) os atropelamentos.

7

INÉDITA FAROL

Na estrada que liga a cidade ao litoral, há um posto da polícia rodoviária que conheço desde menino. Meu pai parava ali para perguntar sobre a serra, e o agente, sempre o mesmo, respondia sem pressa, apontando no mapa os trechos de neblina. Hoje os celulares avisam tudo, e ninguém mais desce do carro para perguntar. Ainda assim, quando passo por lá, reduzo a velocidade por hábito, como quem cumprimenta um velho conhecido que já não está.

Texto autoral para fins didáticos.

No segundo período do texto, o advérbio “ali” retoma:

A) a cidade.
B) o litoral.
C) o posto da polícia rodoviária.
D) a serra.
E) o mapa.

8

INÉDITA FAROL

Quem entra hoje em uma repartição pública raramente vê as pilhas de processos que, há algumas décadas, ocupavam mesas e corredores. A digitalização mudou a paisagem, mas não eliminou o trabalho de organizar. Um documento eletrônico mal classificado se perde com a mesma facilidade de uma folha esquecida em uma gaveta — com a diferença de que ninguém tropeça nele. Por isso, os arquivistas insistem em que tecnologia sem método apenas troca a desordem visível pela invisível. Sistemas modernos ajudam a registrar, localizar e controlar prazos, desde que alguém tenha decidido antes o que guardar, por quanto tempo e por quê. A pergunta, portanto, continua a mesma de sempre: não é onde guardar, mas como encontrar.

Texto autoral para fins didáticos.

No trecho “com a diferença de que ninguém tropeça nele”, o pronome “nele” retoma:

(A) “Um documento eletrônico mal classificado”.

(B) “uma folha esquecida”.

(C) “uma gaveta”.

(D) “o trabalho de organizar”.

(E) “a paisagem”.

9

PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

Imaginar é um dom comum a todos os seres humanos — e também uma daquelas características que nos diferenciam dos outros animais, incapazes de atingir esse nível de abstração. Apesar disso, a criatividade parece a muitos de nós algo inacessível, difícil de cultivar, restrita apenas àqueles que já nasceram com aptidões artísticas ou inventivas.

Isso não é verdade. Nas últimas décadas, a psicologia e a neurociência começaram a desvendar o processo de surgimento de ideias originais no nosso cérebro — e descobriram estratégias que qualquer um pode adotar para aperfeiçoar a própria capacidade criativa, mesmo que você se considere desprovido desse traquejo.

O que se pode chamar de estudo científico da criatividade começou só na década de 1950, quando o psicólogo americano J. P. Guilford publicou as bases desse campo de pesquisa. Ele se interessou em responder uma pergunta essencial: de onde vêm as ideias criativas?

Para isso, Guilford propôs que o raciocínio humano se divide em dois tipos: o convergente e o divergente. Ambos podem ser usados para resolver problemas ou chegar a conclusões após uma análise, mas funcionam de maneira bem diferentes.

O pensamento convergente é aquele que busca uma única solução para um impasse específico. Ele segue uma ordem estruturada, avançando e refinando uma mesma ideia em vez de experimentar várias resoluções diferentes. Pense, por exemplo, numa questão de uma prova de matemática. Pode até haver várias maneiras de se chegar ao resultado, mas o mais fácil (e comum) é escolher um único método e seguir com ele até o final.

Já o pensamento divergente é mais fluido e caótico: ele explora diversas ideias diferentes ao mesmo tempo, muitas vezes misturando as soluções e conectando-as de maneiras pouco óbvias. É o raciocínio típico dos brainstormings, por exemplo. Segundo Guilford, a criatividade é um produto direto da nossa capacidade de pensar de forma divergente. Ao fazer conexões entre coisas aparentemente desconexas, criamos ideias inéditas. Até hoje, essa explicação é a mais aceita pelos cientistas.

Bruno Carbinatto. Penso, logo crio. In: Revista Superinteressante, jan./2025. Internet: <super.abril.com.br> (com adaptações).

No quinto parágrafo, os termos “aquele” (primeiro período) e “Ele” (segundo período) têm o mesmo referente.

Ⓒ Certo Ⓔ Errado

10

PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

Imaginar é um dom comum a todos os seres humanos — e também uma daquelas características que nos diferenciam dos outros animais, incapazes de atingir esse nível de abstração. Apesar disso, a criatividade parece a muitos de nós algo inacessível, difícil de cultivar, restrita apenas àqueles que já nasceram com aptidões artísticas ou inventivas.

Isso não é verdade. Nas últimas décadas, a psicologia e a neurociência começaram a desvendar o processo de surgimento de ideias originais no nosso cérebro — e descobriram estratégias que qualquer um pode adotar para aperfeiçoar a própria capacidade criativa, mesmo que você se considere desprovido desse traquejo.

O que se pode chamar de estudo científico da criatividade começou só na década de 1950, quando o psicólogo americano J. P. Guilford publicou as bases desse campo de pesquisa. Ele se interessou em responder uma pergunta essencial: de onde vêm as ideias criativas?

Para isso, Guilford propôs que o raciocínio humano se divide em dois tipos: o convergente e o divergente. Ambos podem ser usados para resolver problemas ou chegar a conclusões após uma análise, mas funcionam de maneira bem diferentes.

O pensamento convergente é aquele que busca uma única solução para um impasse específico. Ele segue uma ordem estruturada, avançando e refinando uma mesma ideia em vez de experimentar várias resoluções diferentes. Pense, por exemplo, numa questão de uma prova de matemática. Pode até haver várias maneiras de se chegar ao resultado, mas o mais fácil (e comum) é escolher um único método e seguir com ele até o final.

Já o pensamento divergente é mais fluido e caótico: ele explora diversas ideias diferentes ao mesmo tempo, muitas vezes misturando as soluções e conectando-as de maneiras pouco óbvias. É o raciocínio típico dos brainstormings, por exemplo. Segundo Guilford, a criatividade é um produto direto da nossa capacidade de pensar de forma divergente. Ao fazer conexões entre coisas aparentemente desconexas, criamos ideias inéditas. Até hoje, essa explicação é a mais aceita pelos cientistas.

Bruno Carbinatto. Penso, logo crio. In: Revista Superinteressante, jan./2025. Internet: <super.abril.com.br> (com adaptações).

No primeiro período do texto, o termo “incapazes” refere-se ao substantivo “animais”.

(C) Certo (E) Errado

1.2 ITEM 1 DO EDITAL PRIORIDADE ALTA

Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

Tópico online
podcast, revisão e atualizações

21 questões online
corrigidas na hora

Resumo

O item de compreensão pergunta se o texto autoriza a afirmação, e não o que o candidato sabe do assunto. Resolve-se comparando o enunciado com um trecho localizável.

- **Comando do item:** define se a resposta está escrita no texto ou precisa ser deduzida dele.
- **Paráfrase fiel:** mesma ideia com outras palavras é item certo.
- **Implícitos:** o pressuposto decorre de uma palavra do texto; a inferência, de dedução necessária.
- **Erros típicos:** extrapolação, redução e contradição.
- **Vozes:** a opinião citada ou refutada não é, só por isso, a do autor.
- **Ironia:** o sentido pretendido é o contrário do literal.

Entenda

O comando do item

- **"O texto afirma", "segundo o texto", "de acordo com o texto":** informação explícita, literal ou em paráfrase fiel.
- **"Infere-se", "depreende-se", "conclui-se":** informação implícita, mas necessária: dedução sem acréscimo.
- **"Sugere", "permite supor":** leitura mais aberta, ainda presa ao texto.

> *Ex.: o texto diz que a transferência da polícia para o governo da cidade significou passar da caça aos criminosos à prevenção dos crimes. O item que chama isso de "mudança de paradigma no papel da polícia" está certo: é paráfrase.*

Método: localizar e comparar

1. Localize no texto o trecho de que o item trata.
2. Compare palavra por palavra: quantificadores (*todos, alguns, apenas*), modalizadores (*talvez, certamente*), sujeito da ação e tempo verbal.
3. Pergunte: o texto diz isso, permite deduzir isso, ou eu sei isso por fora? Só as duas primeiras respostas tornam o item certo.

> *Ex.: o texto diz que só é planeta o corpo celeste que "não seja um satélite natural, como a Lua". O item "não é impróprio denominar a Lua de planeta" está errado: basta localizar o trecho.*

Pressuposto

> Pressuposto é a informação implícita que uma palavra do texto obriga a aceitar. Marcas comuns: *apenas, só, ainda, já, também, continua, passou a, deixou de*. Se a marca está no texto, o pressuposto é verdadeiro.

- *Ele **ainda** dirige sem habilitação.* → já dirigia sem habilitação antes.

- *A corporação* ***passou a*** *priorizar a prevenção.* → antes não priorizava.

> *Ex.: "A opção não se coloca apenas na esfera de temas polêmicos que atraem os holofotes da mídia." Pressupõe-se que há temas polêmicos que não atraem a mídia. Item certo.*

Inferência

A inferência válida é a que o texto torna necessária. Ela costuma vir em termos modestos (*está associado a, provavelmente*). A inferência falsa costuma vir em termos fortes (*deveu-se a, é a principal causa, conclui-se que sempre*).

> *Ex.: "o homem da luz já deve ter se transferido para o mundo das trevas eternas". É correto inferir que o funcionário provavelmente já morreu: a expressão é eufemismo de morte, e "deve ter" indica probabilidade.*

Extrapolação

Extrapolar é acrescentar ao texto um dado que ele não traz: causa, comparação, superlativo, nacionalidade, intenção, continuidade no tempo. É o erro mais frequente.

- O texto diz que o uso de *deepfakes* cresceu 830%. O item diz que esses crimes "são os que mais crescem no Brasil". **Errado:** o texto não compara.
- O texto diz que o sobrenome do autor é "sonoro, hispânico". O item diz que o autor é espanhol. **Errado.**

> *Ex.: o texto informa que, no Império, os deputados eram eleitos por maioria relativa. O item que afirma que o Brasil adota esse sistema "sem interrupções, desde o Império" extrapola.*

Causa inventada e correlação

> O texto relaciona dois fatos; o item transforma a relação em causa. "Relacionado a" não é "causado por". Confira se há no texto um conector de causa (*porque, devido a, em razão de*).

> *Ex.: o texto diz que, nas sociedades tribais, o trabalho está integrado às outras atividades e que um autor as chamou de "sociedades de abundância". O item "devido à abundância de recursos, os indivíduos não separam trabalho e lazer" está errado: a causa não está no texto.*

Contradição e redução

Na contradição, o item diz o oposto do texto, às vezes trocando uma única palavra. Na redução, toma a parte pelo todo, ou eleva um exemplo a tema.

- O texto diz que a violência física estava "em declínio". O item atribui o monopólio estatal da força a "índices insustentáveis de violência". **Errado.**
- O texto diz que "a separação de classes não é rígida como a que existe entre as castas". O item diz que a casta é menos rigorosa. **Errado.**

> *Ex.: palavras absolutas no item ("sempre", "nunca", "apenas", "qualquer") pedem prova absoluta no texto.*

Item longo com final falso

A banca repete o texto em três quartos do item e acrescenta, na última oração, um juízo ou uma explicação que não está lá. Leia o item até o fim; o erro costuma estar depois da última vírgula.

> *Ex.: o item descreve corretamente a tese de dois autores sobre a ficção e termina com "em oposição explícita à visão comum nos meios acadêmicos". O texto não menciona essa visão. Errado.*

Ironia e sentido figurado

Na ironia, o autor diz o contrário do que pensa. Sinais: pergunta retórica, aspas, exagero, elogio descabido. O item que lê o elogio ao pé da letra está errado. Eufemismo e metáfora também pedem leitura não literal.

> *Ex.: texto elogia as bombas "limpas" e termina com "Trata-se, portanto, de uma fabulosa conquista, não?". A pergunta retórica marca a crítica; o item que atribui ao autor "visão positiva" das bombas está errado.*

Tema, tese e vozes do texto

> Tema é o assunto; tese é a posição do autor; argumentos a sustentam. Os tipos mais comuns: autoridade, dados, exemplo, comparação, causa e consequência, contra-argumentação. A voz introduzida por *segundo, para, de acordo com*, ou entre aspas, é de outro. O autor pode adotá-la ou refutá-la; o contexto mostra qual.

- **Adota:** os autores apresentam um estudioso como "autoridade" no assunto e usam sua explicação. Infere-se que a corroboram.
- **Refuta:** "Ao contrário do que sempre se escuta, os motivos de hilaridade quase não mudaram." O autor trata a ideia corrente como equivocada.

> *Ex.: o item que atribui ao autor do texto a opinião de um pensador apenas citado, ou o inverso, troca o sujeito da opinião.*

Vocabulário e paralelismo no contexto

O sentido de uma palavra se fecha no contexto. Em estrutura paralela, o termo retoma o par correspondente. Oração que repete a ideia anterior é redundante, com valor de ênfase.

- "homens e mulheres, pequenos e grandes" retoma "homens e mulheres, adultos e jovens": refere-se a idade, e não a tamanho.
- "são completamente díspares, nenhuma letra se igualando a outra": a segunda oração reforça a primeira.

> *Ex.: "não haverá o dogma do PPI". Dogma é doutrina indiscutível; o item que diz que o PPI não deve ser visto como doutrina indiscutível está certo.*

Quadro

Erro do item	Sinal	Como conferir
Extrapolação	dado, comparação ou superlativo novo	procurar o dado no texto
Causa inventada	"devido a", "porque" ausentes no texto	procurar o conector de causa
Contradição	palavra trocada pelo oposto	reler o trecho exato
Redução	"apenas", "somente", exemplo como tema	verificar o que mais o texto diz
Leitura literal de ironia	elogio estranho ao tom do texto	procurar pergunta retórica, aspas, exagero
Troca de voz	opinião do citado atribuída ao autor	ver quem fala: "segundo", aspas

Como a banca cobra

- "Infere-se que o autor do texto é espanhol." → **errado** (o texto só diz que o sobrenome é hispânico).
- "Conclui-se que o monopólio da violência pelo Estado deveu-se aos índices insustentáveis de violência." → **errado** (o texto diz que a violência estava em declínio).
- "Infere-se que nem todos os temas polêmicos recebem a atenção dos meios de comunicação." → **certo** (pressuposto marcado por "apenas" e pela oração restritiva).
- "De acordo com o texto, os crimes com *deepfake* são os que mais crescem no Brasil." → **errado** (superlativo que o texto não traz).
- "A oração 'nenhuma letra se igualando a outra' é redundante em relação à anterior, servindo para reforçar-lhe o sentido." → **certo**.
- "Infere-se que 'boêmios e vampiros' diferem biologicamente dos seres humanos em geral." → **errado** (o texto fala de hábito).
- **Detalhe que derruba o item:** um conector de causa que o texto não tem, um quantificador ou superlativo exagerado, ou a leitura literal de trecho irônico.

Revisão rápida

- ☐ **O que o item de compreensão pergunta?** Se o texto autoriza a afirmação.
- ☐ **"Infere-se" admite acréscimo?** Não; só dedução necessária.
- ☐ **De onde nasce o pressuposto?** De uma marca do texto: "apenas", "ainda", "passou a".
- ☐ **Qual o erro mais comum?** Extrapolação: dado, causa ou comparação que o texto não traz.
- ☐ **Correlação é causa?** Não; "relacionado a" não é "causado por".
- ☐ **Como ler um elogio seguido de pergunta retórica?** Como ironia.
- ☐ **A opinião citada é a do autor?** Só se o texto mostrar que ele a adota.
- ☐ **Onde costuma estar o erro do item longo?** Na última oração.

Mapa mental

Interpretação e inferência

O que vale
- O que o texto autoriza
- Não o que você sabe

Tipos de item
- "Afirma": explícito ou paráfrase
- "Infere-se": dedução necessária
- Pressuposto: marca linguística

Erros típicos
- Extrapolação: acrescenta
- Redução: parte pelo todo
- Contradição: inverte

Vozes do texto
- Tese do autor × voz citada
- Ironia diz o contrário

Sinais de alerta
- Correlação não é causa
- Absolutos pedem prova absoluta
- Inferência certa costuma ser modesta

Método
- Localizar o trecho
- Comparar palavra por palavra

⚠ Pegadinha
- Juízo acrescentado no fim do item → errado

Flashcards

cubra a resposta e teste a memória

No padrão Cebraspe, qual a diferença entre um item que diz "o texto afirma que X" e um que diz "infere-se que X"?	"Afirma que" exige **comprovação literal** no texto; "infere-se" permite **dedução lógica**, mas sem extrapolar o que está escrito.
Item de compreensão: quando a paráfrase é Certa e quando há contradição?	**Paráfrase fiel** (mesma ideia com outras palavras, inclusive opinião corretamente atribuída a autor citado) → **Certo**. **Contradição** = o item diz o **oposto** do texto. Se o trecho **confirma** a ideia, afirmar que a "contradiz" é Errado.
Como tratar um elogio num texto que termina com pergunta retórica ("Trata-se de uma fabulosa conquista, não?")?	É **ironia**: o sentido pretendido é o **oposto** do literal. Pergunta retórica, aspas e exagero sinalizam ironia. Pegadinha: item que lê o elogio ao pé da letra ("visão positiva") → Errado.
Uma expressão pode ter seu sentido definido pelo paralelismo com um par anterior do texto?	**Sim.** Em estruturas paralelas, o termo **retoma o par correspondente** ("homens e mulheres, **pequenos e grandes**" = "adultos e jovens" → faixa etária, não tamanho).
Para o Cebraspe, é correto dizer que uma oração "é redundante, servindo para reforçar" a anterior?	**Sim**, quando ela **repete a ideia anterior** com valor **enfático** ("completamente díspares, nenhuma letra se igualando a outra").

Extrapolação: o que torna Errado um item de compreensão que "completa" o texto?	O item acrescenta dado, comparação ou generalização que o texto **não** traz: superlativo ("os que mais crescem", "o maior retorno"), continuidade ("sem interrupções, desde o Império"), um opositor inventado ("visão comum nos meios acadêmicos"), um detalhe a mais ("diversos tipos de carretas"). Teste: localizar no texto a base de CADA parte do item; se uma parte não tem base → Errado.

Extrapolação: o que torna Errado um item de compreensão que "completa" o texto?	O item acrescenta dado, comparação ou generalização que o texto **não** traz: superlativo ("os que mais crescem", "o maior retorno"), continuidade ("sem interrupções, desde o Império"), um opositor inventado ("visão comum nos meios acadêmicos"), um detalhe a mais ("diversos tipos de carretas"). Teste: localizar no texto a base de CADA parte do item; se uma parte não tem base → Errado.

No padrão Cebraspe, qual a diferença entre um item que diz "o texto afirma que X" e um que diz "infere-se que X"?	"Afirma que" exige **comprovação literal** no texto; "infere-se" permite **dedução lógica**, mas sem extrapolar o que está escrito.

? Questões

gabarito comentado na p. 35

11

INÉDITA FAROL

O trânsito seguro não depende apenas de boas estradas. Depende, sobretudo, de comportamentos: respeitar limites de velocidade, não dirigir depois de beber e usar o cinto de segurança são atitudes simples que, somadas, salvam milhares de vidas por ano. Campanhas educativas ajudam, mas a mudança só se consolida quando a fiscalização é constante e o motorista percebe que a regra vale para todos.

No texto, a expressão "sobretudo" (segunda frase) introduz uma ideia de

(A) oposição ao que foi dito antes.

(B) ênfase, destacando o fator mais importante.

(C) conclusão do raciocínio.

(D) tempo, indicando quando algo ocorre.

(E) condição para que algo aconteça.

12

INÉDITA FAROL

Ao contrário do que muitos imaginam, o servidor que atende o público não é um mero repassador de informações. Ele traduz normas, orienta caminhos e, muitas vezes, é o único rosto do Estado que o cidadão conhece. Por isso, a cortesia no atendimento não é favor: é parte do serviço.

Infere-se do texto que o atendimento cortês ao cidadão

(A) é uma gentileza opcional do servidor.
(B) dispensa o conhecimento das normas.
(C) integra o próprio serviço público prestado.
(D) só é exigido de servidores em cargo de chefia.
(E) substitui a orientação técnica ao cidadão.

13

INÉDITA FAROL

Desde que o órgão adotou o trabalho remoto parcial, o número de processos concluídos por servidor aumentou. A chefia, no entanto, observa que a comunicação entre as equipes ficou mais lenta e que os servidores recém-chegados têm mais dificuldade para aprender a rotina do setor. Por isso, estuda manter dois dias presenciais por semana, sem abandonar o modelo remoto nos demais dias.

Texto autoral para fins didáticos.

Infere-se do texto que a adoção de dias presenciais visa principalmente:

(A) aumentar o número de processos concluídos, que caiu com o trabalho remoto.
(B) extinguir o trabalho remoto no órgão.
(C) reduzir os problemas de comunicação entre as equipes e de aprendizagem dos novos servidores.
(D) punir os servidores que tiveram baixa produtividade.
(E) reduzir os custos com energia e estrutura física.

14

INÉDITA FAROL

Há quem veja na tecnologia a solução definitiva para a burocracia. Formulários eletrônicos, assinaturas digitais e atendimentos por aplicativo de fato encurtaram filas e reduziram o papel nas repartições. Seria ingênuo, contudo, supor que a máquina resolve sozinha o que é, no fundo, um problema de organização. Um processo mal desenhado continua lento, ainda que tramite em tela; uma exigência inútil continua inútil, mesmo quando pedida por e-mail. Digitalizar o atraso é apenas torná-lo mais rápido de reproduzir. A verdadeira modernização começa antes do computador: na pergunta, feita com honestidade, sobre por que cada etapa existe.

Texto autoral para fins didáticos.

A ideia central defendida no texto é a de que:

(A) a tecnologia só moderniza de fato a administração quando acompanhada da revisão dos processos e das exigências.
(B) a tecnologia é inútil para reduzir a burocracia.
(C) os formulários devem ser abolidos das repartições.
(D) a burocracia já foi eliminada pelos atendimentos por aplicativo.
(E) o e-mail deve substituir todos os atendimentos presenciais.

15

INÉDITA FAROL

Um levantamento divulgado nesta semana mostra que os atropelamentos em rodovias federais se concentram no período noturno e nos trechos urbanos, onde a pista corta bairros inteiros. Segundo os técnicos, a falta de passarelas e de iluminação obriga moradores a atravessar a via em pontos perigosos, muitas vezes carregando crianças ou compras. O estudo recomenda medidas simples, como faixas elevadas e redutores de velocidade, cujo custo é baixo diante das vidas que podem ser poupadas. Para os autores, a engenharia viária precisa enxergar quem caminha, e não apenas quem dirige.

Texto autoral para fins didáticos.

Do último período do texto, infere-se que, na visão dos autores do estudo:

(A) os pedestres são os culpados pelos atropelamentos.

(B) as rodovias devem ser fechadas aos pedestres.

(C) os motoristas não precisam de nenhuma medida de segurança.

(D) a engenharia viária tem privilegiado os motoristas em detrimento dos pedestres.

(E) a iluminação é desnecessária nos trechos urbanos.

16

INÉDITA FAROL

Todo servidor que atende ao público conhece a cena: o cidadão chega irritado, depois de horas de espera, e despeja no primeiro rosto que encontra toda a frustração acumulada. Nessas horas, a tentação é responder no mesmo tom. Quem trabalha há mais tempo, porém, aprende que a firmeza não depende da rispidez. Ouvir até o fim, repetir em voz calma o que foi pedido e explicar com clareza o que pode e o que não pode ser feito costuma desarmar a raiva mais rápido do que qualquer regulamento lido em voz alta. Não se trata de aceitar desaforos, mas de lembrar que, do outro lado do balcão, há alguém que talvez tenha perdido um dia de trabalho para estar ali.

Texto autoral para fins didáticos.

No trecho “a firmeza não depende da rispidez”, o autor defende que:

(A) o servidor deve ceder a todas as exigências do cidadão.

(B) o servidor deve evitar qualquer limite no atendimento.

(C) a rispidez é necessária para manter a autoridade.

(D) a firmeza prejudica o atendimento.

(E) é possível manter a posição e os limites sem ser grosseiro.

17

INÉDITA FAROL

Durante anos, o trecho da serra foi conhecido como o mais perigoso da região. As curvas fechadas, a neblina frequente e o acostamento estreito somavam-se à pressa de quem queria vencer a subida antes do anoitecer. Nos últimos tempos, porém, os registros de acidentes caíram de forma expressiva. Não houve obra de duplicação nem mudança no traçado: o que mudou foi a combinação de sinalização mais visível, radares nos pontos críticos e fiscalização frequente nos fins de semana. Os motoristas que antes reclamavam das abordagens passaram a reconhecer que a viagem ficou mais tranquila. O caso sugere que nem toda solução para a segurança viária depende de grandes investimentos em engenharia; às vezes, o resultado vem de medidas simples, aplicadas com constância.

Texto autoral para fins didáticos.

De acordo com o texto, a redução dos acidentes no trecho da serra deve-se principalmente:

(A) à duplicação da pista e à correção das curvas fechadas.

(B) ao fim da neblina, por mudanças no clima da região.

(C) à diminuição do número de veículos que passam pelo trecho.

(D) a um conjunto de medidas simples aplicadas com regularidade, sem alteração da estrutura da via.

(E) à proibição do tráfego nos fins de semana.

18

INÉDITA FAROL

Quem entra hoje em uma repartição pública raramente vê as pilhas de processos que, há algumas décadas, ocupavam mesas e corredores. A digitalização mudou a paisagem, mas não eliminou o trabalho de organizar. Um documento eletrônico mal classificado se perde com a mesma facilidade de uma folha esquecida em uma gaveta — com a diferença de que ninguém tropeça nele. Por isso, os arquivistas insistem em que tecnologia sem método apenas troca a desordem visível pela invisível. Sistemas modernos ajudam a registrar, localizar e controlar prazos, desde que alguém tenha decidido antes o que guardar, por quanto tempo e por quê. A pergunta, portanto, continua a mesma de sempre: não é onde guardar, mas como encontrar.

Texto autoral para fins didáticos.

A ideia central do texto é a de que:

(A) a digitalização tornou o trabalho dos arquivistas desnecessário.

(B) os documentos em papel se perdem com mais facilidade que os eletrônicos.

(C) a digitalização não dispensa a organização metódica dos documentos.

(D) os sistemas modernos decidem sozinhos o que guardar e por quanto tempo.

(E) as repartições públicas ainda acumulam pilhas de processos nos corredores.

19

INÉDITA FAROL

O trânsito seguro não depende apenas de boas estradas. Depende, sobretudo, de comportamentos: respeitar limites de velocidade, não dirigir depois de beber e usar o cinto de segurança são atitudes simples que, somadas, salvam milhares de vidas por ano. Campanhas educativas ajudam, mas a mudança só se consolida quando a fiscalização é constante e o motorista percebe que a regra vale para todos.

De acordo com o texto, a mudança de comportamento no trânsito se consolida quando

A) a fiscalização é constante e a regra vale para todos.
B) as estradas são reformadas e ampliadas.
C) as campanhas educativas substituem a fiscalização.
D) os motoristas deixam de usar o cinto de segurança.
E) os limites de velocidade são aumentados.

20

INÉDITA FAROL

A implantação do protocolo digital mudou a rotina do setor. Antes, o cidadão precisava comparecer pessoalmente, enfrentar fila e voltar dias depois para saber o andamento do pedido. Hoje, o requerimento é enviado pela internet e cada etapa fica registrada no sistema, o que permite acompanhar o processo de casa. A mudança, porém, exigiu treinamento dos servidores e não eliminou o atendimento presencial, mantido para quem não tem acesso à rede.

Texto autoral para fins didáticos.

De acordo com o texto, a implantação do protocolo digital:

A) permitiu acompanhar o andamento dos pedidos sem ir ao órgão, embora o atendimento presencial tenha sido mantido.
B) eliminou o atendimento presencial, substituído pelo envio dos pedidos pela internet.
C) dispensou o treinamento dos servidores, por ser um sistema simples.
D) aumentou as filas, pois os cidadãos passaram a voltar mais vezes ao setor.
E) restringiu os requerimentos a quem tem acesso à internet.

21

INÉDITA FAROL

O acostamento existe para emergências, mas, nas rodovias brasileiras, transformou-se em faixa extra para quem não tolera esperar. Nos feriados, quando o fluxo de veículos dobra, motoristas impacientes avançam pela lateral da pista e criam um risco que ultrapassa o próprio veículo: obrigam ambulâncias a disputar espaço, surpreendem ciclistas e pedestres e, não raro, provocam colisões ao retornar à faixa de rolamento. A fiscalização eletrônica ajuda a coibir a prática, porém não a elimina. Especialistas lembram que a regra só se torna hábito quando o condutor entende que o acostamento livre pode ser, amanhã, o caminho do socorro que ele próprio vai esperar.

Texto autoral para fins didáticos.

De acordo com o texto, o uso indevido do acostamento:

(A) põe em risco não só o próprio motorista, mas também socorristas, ciclistas e pedestres.

(B) é totalmente eliminado pela fiscalização eletrônica.

(C) ocorre apenas nos dias úteis, quando o fluxo é menor.

(D) é recomendado pelos especialistas em casos de congestionamento.

(E) não provoca colisões, pois o acostamento é largo.

22

INÉDITA FAROL

Dona Lurdes chegou ao balcão às sete e meia, meia hora antes de a repartição abrir. Trazia numa sacola plástica todos os papéis que juntara em quarenta anos de trabalho: carteiras, recibos, um contracheque amarelado. Queria a aposentadoria e não confiava em computadores. O servidor que a atendeu poderia ter dito que tudo se resolvia pelo aplicativo; preferiu sentar-se ao lado dela e abrir, um a um, os documentos. Saíram de lá, os dois, com o pedido protocolado e uma lição que nenhum treinamento ensina: atender bem é, antes de tudo, não ter pressa com quem esperou a vida inteira.

Texto autoral para fins didáticos.

Infere-se do texto que o servidor:

(A) adaptou o atendimento à necessidade da usuária, em vez de apenas indicar o aplicativo.

(B) recusou-se a atender Dona Lurdes antes do horário de abertura.

(C) exigiu que Dona Lurdes fizesse o pedido pelo aplicativo.

(D) considerou desnecessários os documentos trazidos na sacola.

(E) estava participando de um treinamento sobre atendimento.

23

INÉDITA FAROL

Um levantamento divulgado nesta semana mostra que os atropelamentos em rodovias federais se concentram no período noturno e nos trechos urbanos, onde a pista corta bairros inteiros. Segundo os técnicos, a falta de passarelas e de iluminação obriga moradores a atravessar a via em pontos perigosos, muitas vezes carregando crianças ou compras. O estudo recomenda medidas simples, como faixas elevadas e redutores de velocidade, cujo custo é baixo diante das vidas que podem ser poupadas. Para os autores, a engenharia viária precisa enxergar quem caminha, e não apenas quem dirige.

Texto autoral para fins didáticos.

Segundo o texto, os atropelamentos em rodovias federais concentram-se:

A) no período noturno e nos trechos urbanos.

B) nas manhãs de fim de semana.

C) nos trechos rurais e desertos.

D) nas proximidades de postos de fiscalização.

E) durante o dia, em pistas duplicadas.

24

INÉDITA FAROL

Todo servidor que atende ao público conhece a cena: o cidadão chega irritado, depois de horas de espera, e despeja no primeiro rosto que encontra toda a frustração acumulada. Nessas horas, a tentação é responder no mesmo tom. Quem trabalha há mais tempo, porém, aprende que a firmeza não depende da rispidez. Ouvir até o fim, repetir em voz calma o que foi pedido e explicar com clareza o que pode e o que não pode ser feito costuma desarmar a raiva mais rápido do que qualquer regulamento lido em voz alta. Não se trata de aceitar desaforos, mas de lembrar que, do outro lado do balcão, há alguém que talvez tenha perdido um dia de trabalho para estar ali.

Texto autoral para fins didáticos.

De acordo com o texto, a atitude mais eficaz diante de um cidadão irritado é:

A) ouvir até o fim, repetir com calma o pedido e explicar com clareza o que pode ou não ser feito.

B) responder no mesmo tom, para impor respeito.

C) ler o regulamento em voz alta.

D) encaminhá-lo imediatamente à chefia.

E) encerrar o atendimento até que ele se acalme.

25

INÉDITA FAROL

Na estrada que liga a cidade ao litoral, há um posto da polícia rodoviária que conheço desde menino. Meu pai parava ali para perguntar sobre a serra, e o agente, sempre o mesmo, respondia sem pressa, apontando no mapa os trechos de neblina. Hoje os celulares avisam tudo, e ninguém mais desce do carro para perguntar. Ainda assim, quando passo por lá, reduzo a velocidade por hábito, como quem cumprimenta um velho conhecido que já não está.

Texto autoral para fins didáticos.

Infere-se do texto que o narrador:

(A) mantém o hábito de reduzir a velocidade ao passar pelo posto, por lembrança afetiva do passado.

(B) para no posto todos os dias para pedir informações.

(C) considera os celulares inúteis na estrada.

(D) trabalha como agente rodoviário naquele posto.

(E) nunca conheceu o agente que atendia seu pai.

26

PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

Imaginar é um dom comum a todos os seres humanos — e também uma daquelas características que nos diferenciam dos outros animais, incapazes de atingir esse nível de abstração. Apesar disso, a criatividade parece a muitos de nós algo inacessível, difícil de cultivar, restrita apenas àqueles que já nasceram com aptidões artísticas ou inventivas.

Isso não é verdade. Nas últimas décadas, a psicologia e a neurociência começaram a desvendar o processo de surgimento de ideias originais no nosso cérebro — e descobriram estratégias que qualquer um pode adotar para aperfeiçoar a própria capacidade criativa, mesmo que você se considere desprovido desse traquejo.

O que se pode chamar de estudo científico da criatividade começou só na década de 1950, quando o psicólogo americano J. P. Guilford publicou as bases desse campo de pesquisa. Ele se interessou em responder uma pergunta essencial: de onde vêm as ideias criativas?

Para isso, Guilford propôs que o raciocínio humano se divide em dois tipos: o convergente e o divergente. Ambos podem ser usados para resolver problemas ou chegar a conclusões após uma análise, mas funcionam de maneira bem diferentes.

O pensamento convergente é aquele que busca uma única solução para um impasse específico. Ele segue uma ordem estruturada, avançando e refinando uma mesma ideia em vez de experimentar várias resoluções diferentes. Pense, por exemplo, numa questão de uma prova de matemática. Pode até haver várias maneiras de se chegar ao resultado, mas o mais fácil (e comum) é escolher um único método e seguir com ele até o final.

Já o pensamento divergente é mais fluido e caótico: ele explora diversas ideias diferentes ao mesmo tempo, muitas vezes misturando as soluções e conectando-as de maneiras pouco óbvias. É o raciocínio típico dos brainstormings, por exemplo. Segundo Guilford, a criatividade é um produto direto da nossa capacidade de pensar de forma divergente. Ao fazer conexões entre coisas aparentemente desconexas, criamos ideias inéditas. Até hoje, essa explicação é a mais aceita pelos cientistas.

Bruno Carbinatto. Penso, logo crio. In: Revista Superinteressante, jan./2025. Internet: <super.abril.com.br> (com adaptações).

De acordo com o texto, muitas pessoas descreem da própria capacidade criativa.

(C) Certo (E) Errado

27

PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

Imaginar é um dom comum a todos os seres humanos — e também uma daquelas características que nos diferenciam dos outros animais, incapazes de atingir esse nível de abstração. Apesar disso, a criatividade parece a muitos de nós algo inacessível, difícil de cultivar, restrita apenas àqueles que já nasceram com aptidões artísticas ou inventivas.

Isso não é verdade. Nas últimas décadas, a psicologia e a neurociência começaram a desvendar o processo de surgimento de ideias originais no nosso cérebro — e descobriram estratégias que qualquer um pode adotar para aperfeiçoar a própria capacidade criativa, mesmo que você se considere desprovido desse traquejo.

O que se pode chamar de estudo científico da criatividade começou só na década de 1950, quando o psicólogo americano J. P. Guilford publicou as bases desse campo de pesquisa. Ele se interessou em responder uma pergunta essencial: de onde vêm as ideias criativas?

Para isso, Guilford propôs que o raciocínio humano se divide em dois tipos: o convergente e o divergente. Ambos podem ser usados para resolver problemas ou chegar a conclusões após uma análise, mas funcionam de maneira bem diferentes.

O pensamento convergente é aquele que busca uma única solução para um impasse específico. Ele segue uma ordem estruturada, avançando e refinando uma mesma ideia em vez de experimentar várias resoluções diferentes. Pense, por exemplo, numa questão de uma prova de matemática. Pode até haver várias maneiras de se chegar ao resultado, mas o mais fácil (e comum) é escolher um único método e seguir com ele até o final.

Já o pensamento divergente é mais fluido e caótico: ele explora diversas ideias diferentes ao mesmo tempo, muitas vezes misturando as soluções e conectando-as de maneiras pouco óbvias. É o raciocínio típico dos brainstormings, por exemplo. Segundo Guilford, a criatividade é um produto direto da nossa capacidade de pensar de forma divergente. Ao fazer conexões entre coisas aparentemente desconexas, criamos ideias inéditas. Até hoje, essa explicação é a mais aceita pelos cientistas.

Bruno Carbinatto. Penso, logo crio. In: Revista Superinteressante, jan./2025. Internet: <super.abril.com.br> (com adaptações).

Entende-se da leitura do texto que a criatividade é fruto da combinação entre os pensamentos convergente e divergente.

Ⓒ Certo Ⓔ Errado

28

PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

Imaginar é um dom comum a todos os seres humanos — e também uma daquelas características que nos diferenciam dos outros animais, incapazes de atingir esse nível de abstração. Apesar disso, a criatividade parece a muitos de nós algo inacessível, difícil de cultivar, restrita apenas àqueles que já nasceram com aptidões artísticas ou inventivas.

Isso não é verdade. Nas últimas décadas, a psicologia e a neurociência começaram a desvendar o processo de surgimento de ideias originais no nosso cérebro — e descobriram estratégias que qualquer um pode adotar para aperfeiçoar a própria capacidade criativa, mesmo que você se considere desprovido desse traquejo.

O que se pode chamar de estudo científico da criatividade começou só na década de 1950, quando o psicólogo americano J. P. Guilford publicou as bases desse campo de pesquisa. Ele se interessou em responder uma pergunta essencial: de onde vêm as ideias criativas?

Para isso, Guilford propôs que o raciocínio humano se divide em dois tipos: o convergente e o divergente. Ambos podem ser usados para resolver problemas ou chegar a conclusões após uma análise, mas funcionam de maneira bem diferentes.

O pensamento convergente é aquele que busca uma única solução para um impasse específico. Ele segue uma ordem estruturada, avançando e refinando uma mesma ideia em vez de experimentar várias resoluções diferentes. Pense, por exemplo, numa questão de uma prova de matemática. Pode até haver várias maneiras de se chegar ao resultado, mas o mais fácil (e comum) é escolher um único método e seguir com ele até o final.

Já o pensamento divergente é mais fluido e caótico: ele explora diversas ideias diferentes ao mesmo tempo, muitas vezes misturando as soluções e conectando-as de maneiras pouco óbvias. É o raciocínio típico dos brainstormings, por exemplo. Segundo Guilford, a criatividade é um produto direto da nossa capacidade de pensar de forma divergente. Ao fazer conexões entre coisas aparentemente desconexas, criamos ideias inéditas. Até hoje, essa explicação é a mais aceita pelos cientistas.

Bruno Carbinatto. Penso, logo crio. In: Revista Superinteressante, jan./2025. Internet: <super.abril.com.br> (com adaptações).

O autor do texto argumenta contra a proposta de J. P. Guilford sobre o raciocínio humano.

(C) Certo (E) Errado

29

PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

Imaginar é um dom comum a todos os seres humanos — e também uma daquelas características que nos diferenciam dos outros animais, incapazes de atingir esse nível de abstração. Apesar disso, a criatividade parece a muitos de nós algo inacessível, difícil de cultivar, restrita apenas àqueles que já nasceram com aptidões artísticas ou inventivas.

Isso não é verdade. Nas últimas décadas, a psicologia e a neurociência começaram a desvendar o processo de surgimento de ideias originais no nosso cérebro — e descobriram estratégias que qualquer um pode adotar para aperfeiçoar a própria capacidade criativa, mesmo que você se considere desprovido desse traquejo.

O que se pode chamar de estudo científico da criatividade começou só na década de 1950, quando o psicólogo americano J. P. Guilford publicou as bases desse campo de pesquisa. Ele se interessou em responder uma pergunta essencial: de onde vêm as ideias criativas?

Para isso, Guilford propôs que o raciocínio humano se divide em dois tipos: o convergente e o divergente. Ambos podem ser usados para resolver problemas ou chegar a conclusões após uma análise, mas funcionam de maneira bem diferentes.

O pensamento convergente é aquele que busca uma única solução para um impasse específico. Ele segue uma ordem estruturada, avançando e refinando uma mesma ideia em vez de experimentar várias resoluções diferentes. Pense, por exemplo, numa questão de uma prova de matemática. Pode até haver várias maneiras de se chegar ao resultado, mas o mais fácil (e comum) é escolher um único método e seguir com ele até o final.

Já o pensamento divergente é mais fluido e caótico: ele explora diversas ideias diferentes ao mesmo tempo, muitas vezes misturando as soluções e conectando-as de maneiras pouco óbvias. É o raciocínio típico dos brainstormings, por exemplo. Segundo Guilford, a criatividade é um produto direto da nossa capacidade de pensar de forma divergente. Ao fazer conexões entre coisas aparentemente desconexas, criamos ideias inéditas. Até hoje, essa explicação é a mais aceita pelos cientistas.

Bruno Carbinatto. Penso, logo crio. In: Revista Superinteressante, jan./2025. Internet: <super.abril.com.br> (com adaptações).

No texto, o pensamento convergente é apresentado como mais complexo para os seres humanos que o divergente.

Ⓒ Certo Ⓔ Errado

30

PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

A inteligência artificial (IA) generativa cresce exponencialmente, promovendo benefícios que vão da automatização de processos à geração de insights estratégicos. No entanto, essa expansão também amplia os desafios da segurança cibernética, de modo que se torna essencial a adoção de medidas preventivas.

A Associação de Defesa de Dados Pessoais e do Consumidor (ADDP) aponta que os crimes cibernéticos aumentaram 45% no Brasil em 2024. Isso significa que uma em cada quatro pessoas é alvo de golpes. Hackers estão se adaptando e usando IA para criar ataques mais sofisticados e difíceis de identificar.

Um exemplo de ataque mais sofisticado e difícil de identificar é o que ocorre por meio do uso das deepfakes, tecnologia que se vale da IA para criar imagens e áudios falsos que parecem reais. Segundo a Sumsub, plataforma de verificação de identidade, essa prática cresceu 830% no Brasil entre 2022 e 2023. Trata-se de uma tática para manipular informações, explorar a credibilidade de figuras públicas e induzir fraudes. Não à toa, as imagens de pessoas famosas e celebridades são muito utilizadas por criminosos nessa abordagem.

Os ataques de phishing também se tornaram mais sofisticados. A consultoria de cibersegurança Redbelt Security estima que mais de 3,5 milhões de brasileiros tenham sido vítimas desse tipo de golpe em 2023.

O crescimento de dispositivos conectados e da coleta constante de dados sensíveis aponta, mais do que nunca, para a necessidade de uma proteção digital reforçada.

Internet: <olhardigital.com.br> (com adaptações).

Segundo o texto, a IA generativa tem crescido de forma exponencial, assim como a adoção de medidas de segurança cibernética.

(C) Certo (E) Errado

31

PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

A inteligência artificial (IA) generativa cresce exponencialmente, promovendo benefícios que vão da automatização de processos à geração de insights estratégicos. No entanto, essa expansão também amplia os desafios da segurança cibernética, de modo que se torna essencial a adoção de medidas preventivas.

A Associação de Defesa de Dados Pessoais e do Consumidor (ADDP) aponta que os crimes cibernéticos aumentaram 45% no Brasil em 2024. Isso significa que uma em cada quatro pessoas é alvo de golpes. Hackers estão se adaptando e usando IA para criar ataques mais sofisticados e difíceis de identificar.

Um exemplo de ataque mais sofisticado e difícil de identificar é o que ocorre por meio do uso das deepfakes, tecnologia que se vale da IA para criar imagens e áudios falsos que parecem reais. Segundo a Sumsub, plataforma de verificação de identidade, essa prática cresceu 830% no Brasil entre 2022 e 2023. Trata-se de uma tática para manipular informações, explorar a credibilidade de figuras públicas e induzir fraudes. Não à toa, as imagens de pessoas famosas e celebridades são muito utilizadas por criminosos nessa abordagem.

Os ataques de phishing também se tornaram mais sofisticados. A consultoria de cibersegurança Redbelt Security estima que mais de 3,5 milhões de brasileiros tenham sido vítimas desse tipo de golpe em 2023.

O crescimento de dispositivos conectados e da coleta constante de dados sensíveis aponta, mais do que nunca, para a necessidade de uma proteção digital reforçada.

Internet: <olhardigital.com.br> (com adaptações).

Conclui-se do texto que o Brasil lidera o ranking mundial de fraudes cometidas em ambiente virtual baseadas na utilização de imagens de pessoas famosas e celebridades.

(C) Certo (E) Errado

Gabarito comentado · Língua Portuguesa

1 B 2 A 3 D 4 B 5 C 6 B 7 C 8 A 9 C 10 C 11 B 12 C 13 C 14 A 15 D 16 E 17 D 18 C
19 A 20 A 21 A 22 A 23 A 24 A 25 A 26 C 27 E 28 E 29 E 30 E 31 E

1 **B** Coesão referencial — pronomes e retomadas

Na cena de atendimento, o servidor está de um lado do balcão e o cidadão do outro. O texto lembra que ali "há alguém que talvez tenha perdido um dia de trabalho para estar ali": o usuário do serviço.

2 **A** Coesão referencial — pronomes e retomadas

"O caso" é um encapsulador: resume todo o relato anterior (o trecho perigoso que, com medidas simples, passou a ter menos acidentes) para dele tirar a conclusão. As demais alternativas apontam apenas detalhes do relato (B, C, D) ou elemento acessório (E), que não sustentam a generalização feita no último período.

3 **D** Coesão referencial — pronomes e retomadas

O demonstrativo "esta" retoma o termo feminino singular mais próximo que faz sentido como sujeito de "refez os cálculos": "a equipe". "O diretor" (A) e "os relatórios" (B) não concordam com o pronome. "Sugestões" (E) está no plural. "Segunda-feira" (C) não refaz cálculos.

4 **B** Coesão referencial — pronomes e retomadas

O que a fiscalização não elimina é a prática (o uso indevido do acostamento): "a" é pronome oblíquo, objeto direto de "elimina", e retoma "a prática". Retomar "a fiscalização" (A) não faz sentido, porque ela é o sujeito, e quem elimina não se elimina. A faixa (C), a pista (D) e a regra (E) não são o que se tenta coibir.

5 **C** Coesão referencial — pronomes e retomadas

"Os dois" retoma as duas personagens que estavam juntas no balcão e "saíram" com o pedido protocolado: Dona Lurdes e o servidor. Objetos (A, B, E) e a repartição (D) não "saem" com uma lição aprendida.

6 **B** Coesão referencial — pronomes e retomadas

"Onde" retoma lugar físico e se refere ao antecedente imediato, "os trechos urbanos": é nesses trechos que a pista corta bairros. "Período noturno" (D) é tempo, e não lugar, e pediria "em que" ou "quando".

7 **C** Coesão referencial — pronomes e retomadas

"Meu pai parava ali" refere-se ao lugar mencionado antes: o posto, onde o pai perguntava sobre a serra. A serra (D) era o assunto da pergunta, e não o local da parada.

8 **A** Coesão referencial — pronomes e retomadas

"Nele" (em + ele) retoma, no masculino singular, o documento eletrônico mal classificado: a diferença em relação ao papel é que ninguém "tropeça" no arquivo digital perdido, isto é, a desordem fica invisível. "Folha" (B), "gaveta" (C) e "paisagem" (E) são femininos; "o trabalho de organizar" (D) não é o que se perde.

9 **Certo** Coesão referencial — pronomes e retomadas

Certo. No quinto parágrafo, "aquele" ("O pensamento convergente é aquele que busca...") e "Ele" ("Ele segue uma ordem estruturada...") retomam o mesmo termo: "O pensamento convergente".

10 **Certo** Coesão referencial — pronomes e retomadas

Certo. "incapazes de atingir esse nível de abstração" caracteriza "os outros animais": o adjetivo concorda com "animais" (masculino plural) e é a eles que a incapacidade é atribuída.

11 **B** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

"Sobretudo" equivale a "principalmente": destaca os comportamentos como o fator mais importante, depois de dizer que boas estradas não bastam. Não há oposição, conclusão, tempo ou condição.

12 **C** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto conclui: "a cortesia no atendimento não é favor: é parte do serviço". Logo, ela integra o serviço; não é opcional (A) nem substitui a orientação (E).

13 **C** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O "Por isso" liga a proposta aos problemas citados no período anterior: comunicação mais lenta e dificuldade dos recém-chegados. A produtividade aumentou com o trabalho remoto, e não caiu (A). O modelo remoto continua nos demais dias (B). Punição (D) e custos (E) não são mencionados.

14 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto reconhece os ganhos da tecnologia ("de fato encurtaram filas"), mas sustenta que ela não resolve "sozinha" um problema de organização: a modernização "começa antes do computador", ao questionar por que cada etapa existe. Ele não diz que a tecnologia é inútil (B), não propõe abolir formulários (C) nem afirma que a burocracia acabou (D).

15 **D** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

Dizer que a engenharia "precisa enxergar quem caminha, e não apenas quem dirige" pressupõe que hoje ela olha sobretudo para o motorista. O texto atribui o risco à falta de estrutura, e não culpa os pedestres (A), e defende a iluminação (E).

16 **E** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

Firmeza (manter limites) e rispidez (aspereza) são separadas: dá para ser firme sem ser grosseiro. O último período reforça isso: "Não se trata de aceitar desaforos", o que exclui (A) e (B).

17 **D** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto afirma que "não houve obra de duplicação nem mudança no traçado" e atribui a queda à combinação de sinalização, radares e fiscalização frequente, "medidas simples, aplicadas com constância". A duplicação é expressamente negada (A); clima (B) e volume de veículos (C) não são mencionados como causa; nos fins de semana houve fiscalização, não proibição de tráfego (E).

18 **C** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto afirma que a digitalização "não eliminou o trabalho de organizar" e que "tecnologia sem método apenas troca a desordem visível pela invisível". O trabalho de organizar continua necessário (A); o texto iguala a facilidade de perda ("com a mesma facilidade"), não a compara a favor do eletrônico (B); os sistemas ajudam "desde que alguém tenha decidido antes" (D); as pilhas são cena de algumas décadas atrás (E).

19 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O último período afirma que "a mudança só se consolida quando a fiscalização é constante e o motorista percebe que a regra vale para todos". As campanhas apenas "ajudam" (A está errada), e o texto diz que o trânsito seguro não depende apenas de boas estradas (B).

20 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto diz que cada etapa fica registrada no sistema, "o que permite acompanhar o processo de casa", e que o atendimento presencial foi "mantido para quem não tem acesso à rede". Isso contradiz (B) e (E). A mudança "exigiu treinamento dos servidores" (C). As filas e o retorno ao setor são descritos como coisa do passado (D).

21 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto diz que o motorista cria "um risco que ultrapassa o próprio veículo" e lista ambulâncias, ciclistas, pedestres e colisões. A fiscalização "não a elimina" (B). A prática é citada nos feriados (C). Os especialistas defendem o acostamento livre (D). O texto menciona colisões (E).

22 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O servidor "poderia ter dito que tudo se resolvia pelo aplicativo; preferiu sentar-se ao lado dela e abrir, um a um, os documentos": ajustou o atendimento a quem "não confiava em computadores". Isso contraria (C) e (D). O texto não fala em recusa (B) e afirma que a lição não vem de treinamento (E).

23 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O primeiro período diz que os atropelamentos "se concentram no período noturno e nos trechos urbanos, onde a pista corta bairros inteiros". As demais alternativas não têm apoio no texto.

24 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto afirma que ouvir, repetir com calma e explicar com clareza "costuma desarmar a raiva mais rápido do que qualquer regulamento lido em voz alta". Responder no mesmo tom (B) é a "tentação" a ser evitada, e o regulamento lido em voz alta (C) é apresentado como menos eficaz.

25 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O narrador reduz a velocidade "por hábito, como quem cumprimenta um velho conhecido que já não está": o gesto é memória afetiva. Ele diz que "ninguém mais desce do carro" (B) e não critica os celulares (C). O texto não diz que ele é agente (D), e o agente era "sempre o mesmo", conhecido da família (E).

26 **Certo** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolaç...

Certo. O primeiro parágrafo afirma que a criatividade "parece a muitos de nós algo inacessível, difícil de cultivar, restrita apenas àqueles que já nasceram com aptidões" — ou seja, muitas pessoas descreem da própria capacidade criativa, ideia que o autor contesta a seguir ("Isso não é verdade").

27 **Errado** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapola...

Errado. Segundo o texto, Guilford sustenta que "a criatividade é um produto direto da nossa capacidade de pensar de forma divergente"; o texto não diz que ela resulta da combinação dos pensamentos convergente e divergente.

28 **Errado** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapola...

Errado. O autor apenas expõe a proposta de Guilford e ainda informa que "essa explicação é a mais aceita pelos cientistas"; não há argumentação contra ela.

29 **Errado** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapola...

Errado. O texto não compara a complexidade dos dois raciocínios para os seres humanos: descreve o convergente como estruturado (uma única solução) e o divergente como "mais fluido e caótico".

30 **Errado** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapola...

Errado. O texto afirma que a IA generativa "cresce exponencialmente" e que essa expansão torna "essencial a adoção de medidas preventivas"; não diz que a adoção de medidas de segurança cresce no mesmo ritmo.

31 **Errado** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapola...

Errado. O texto diz que imagens de famosos "são muito utilizadas por criminosos" e que o uso de deepfakes cresceu 830% no Brasil; não afirma que o Brasil lidera algum ranking mundial de fraudes.

05

Direito Administrativo

2 tópicos · 11 questões no caderno · 11 online

5.1 Estado, governo e Administração Pública; conceito, objeto e fontes do Direito Administrativo 38

5.2 Ato administrativo — elementos e atributos ● 44

● prioridade alta no edital

5.1 ITEM 1 DO EDITAL PRIORIDADE MEDIA

Estado, governo e Administração Pública; conceito, objeto e fontes do Direito Administrativo

Tópico online
podcast, revisão e atualizações

8 questões online
corrigidas na hora

Resumo

Estado é a pessoa jurídica de direito público formada por povo, território e governo soberano. **Governo** decide os rumos políticos; **Administração Pública** executa essas decisões, sob a lei. O Direito Administrativo é o ramo do direito público que disciplina essa função administrativa.

- **Forma de Estado:** federação, com União, estados, Distrito Federal e municípios autônomos (CF, art. 18).
- **Poderes:** Legislativo, Executivo e Judiciário, independentes e harmônicos (CF, art. 2º).
- **Sentido subjetivo:** órgãos, entidades e agentes que administram.
- **Sentido objetivo:** a atividade administrativa em si.
- **Função administrativa:** típica do Executivo e atípica dos demais Poderes.
- **Fontes:** lei como fonte primária; jurisprudência, doutrina e costumes como secundárias.
- **Codificação:** o Direito Administrativo brasileiro está em leis esparsas.

Entenda

Estado: elementos, forma e Poderes

O Estado reúne três elementos: povo, território e governo soberano. No Brasil, a forma de Estado é a federação: União, estados, Distrito Federal e municípios são autônomos, cada um com governo e administração próprios (CF, art. 18). O poder estatal é exercido por três Poderes independentes e harmônicos entre si (CF, art. 2º).

> *Ex.: o Detran é entidade da administração estadual; o município tem órgão de trânsito próprio, porque cada ente da federação se organiza de forma autônoma.*

Governo e Administração

Governo é a atividade política de direção: fixa objetivos, define prioridades e decide com ampla discricionariedade. Administração Pública é o aparelho que executa essas decisões de forma técnica, subordinada à lei.

> *Ex.: decidir que a redução de mortes no trânsito é prioridade do mandato é ato de governo; fiscalizar a velocidade nas vias é atividade administrativa.*

Administração em sentido subjetivo e objetivo

No sentido **subjetivo** (orgânico ou formal), Administração Pública é o conjunto de órgãos, entidades e agentes que exercem a função administrativa: responde à pergunta "quem". No sentido **objetivo** (material ou funcional), é a própria atividade: serviço público, polícia administrativa, fomento e intervenção; responde à pergunta "o quê".

> *Ex.: o Detran, como autarquia, é Administração em sentido subjetivo; a vistoria de veículos que ele realiza é Administração em sentido objetivo.*

Função típica e atípica

Administrar é função típica do Poder Executivo. O Legislativo e o Judiciário também administram, de forma atípica, quando cuidam da própria gestão.

> *Ex.: a Assembleia Legislativa que abre licitação para comprar computadores exerce função administrativa atípica.*

Administração direta e indireta

A administração direta é formada pelos entes políticos e seus órgãos, que não têm personalidade jurídica própria. A indireta reúne entidades com personalidade própria: autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista (CF, art. 37, XIX).

> *Ex.: a Secretaria de Segurança é órgão da administração direta do estado; o Detran organizado como autarquia integra a indireta.*

Conceito e objeto do Direito Administrativo

É o ramo do **direito público** que disciplina a função administrativa, os órgãos, entidades e agentes que a exercem e suas relações com os administrados. Seu objeto abrange organização administrativa, atos, contratos, agentes, bens, serviços públicos, poderes administrativos e controle. Não há código único: as normas estão em leis esparsas, como a Lei 9.784/1999 (processo administrativo federal) e a Lei 14.133/2021 (licitações e contratos).

> *Ex.: a multa de trânsito é ato administrativo; as regras sobre sua validade e anulação pertencem ao Direito Administrativo.*

Fontes

A **lei**, em sentido amplo (Constituição, leis, atos normativos), é a fonte primária. **Jurisprudência**, **doutrina** e **costumes** são fontes secundárias: orientam a interpretação e preenchem lacunas, sem contrariar a lei. A súmula vinculante do STF é exceção de peso: obriga os demais órgãos do Judiciário e a administração pública direta e indireta, em todas as esferas (CF, art. 103-A).

> *Ex.: a praxe de uma repartição de dispensar certo documento não prevalece sobre lei que o exige; o costume não revoga a lei.*

Quadro

Conceito	O que é
Estado	Pessoa jurídica de direito público: povo, território e governo soberano
Governo	Direção política, com ampla discricionariedade
Administração em sentido subjetivo	Órgãos, entidades e agentes
Administração em sentido objetivo	Serviço público, polícia administrativa, fomento e intervenção
Fonte primária	Lei em sentido amplo
Fontes secundárias	Jurisprudência, doutrina e costumes

Como a banca cobra

- **Administração Pública em sentido subjetivo corresponde:** correta: ao conjunto de órgãos, entidades e agentes que exercem a função administrativa. Distratora: "às atividades exercidas pelo Estado" (esse é o sentido objetivo).
- **A função administrativa é exercida:** correta: tipicamente pelo Executivo e atipicamente pelos demais Poderes. Distratora: "exclusivamente pelo Poder Executivo" (Legislativo e Judiciário também administram).
- **É fonte primária do Direito Administrativo:** correta: a lei. Distratora: "a jurisprudência" (fonte secundária, salvo a força obrigatória da súmula vinculante).
- **Quanto à codificação, o Direito Administrativo brasileiro:** correta: não é codificado e está em leis esparsas. Distratora: "está reunido no Código Administrativo Federal" (não existe).
- **A distinção entre governo e Administração está em que:** correta: o governo decide politicamente e a Administração executa de forma técnica. Distratora: "são expressões sinônimas".
- **A polícia administrativa é exemplo de:** correta: Administração em sentido objetivo. Distratora: "Administração em sentido orgânico" (orgânico é o sujeito).
- **Detalhe que derruba o item:** inverter subjetivo (quem) e objetivo (o quê); os sinônimos formal/orgânico e material/funcional aparecem para confundir.

Revisão rápida

- [ ] **Quais são os elementos do Estado?** Povo, território e governo soberano.
- [ ] **Qual a forma de Estado no Brasil?** Federação.
- [ ] **O que é Administração em sentido subjetivo?** O conjunto de órgãos, entidades e agentes.
- [ ] **O que é Administração em sentido objetivo?** A atividade administrativa.
- [ ] **Quem exerce função administrativa atípica?** O Legislativo e o Judiciário.
- [ ] **Qual a fonte primária do Direito Administrativo?** A lei.
- [ ] **Quais são as fontes secundárias?** Jurisprudência, doutrina e costumes.
- [ ] **A súmula vinculante obriga a Administração?** Sim, direta e indireta, em todas as esferas.

Mapa mental

Estado, governo e Administração

Estado

- Povo, território, governo soberano
- Federação com três Poderes

Governo

- Função política
- Decide prioridades

Administração Pública

- Subjetiva: órgãos e agentes
- Objetiva: atividade
- Nos três Poderes

Direito Administrativo

- Ramo do direito público
- Não codificado

Fontes

- Lei: primária
- Jurisprudência, doutrina, costumes
- Súmula vinculante obriga

Flashcards

cubra a resposta e teste a memória

Administração Pública em sentido subjetivo × objetivo	**Subjetivo (orgânico):** conjunto de órgãos, entidades e agentes. **Objetivo (material):** a atividade administrativa — serviço público, polícia, fomento e intervenção.
Fontes do Direito Administrativo	Lei (primária); jurisprudência, doutrina e costumes (secundárias); súmulas vinculantes obrigam a Administração.
Estado, governo e Administração: como se diferenciam?	**Estado:** povo, território e **governo soberano**. **Governo: função política** (decidir prioridades). **Administração: execução** (órgãos, agentes e atividade).
Direito Administrativo: qual a natureza e por que não é codificado?	**Ramo do direito público** que disciplina a **administração pública**; **não é codificado** (há **leis esparsas**); suas fontes são **lei**, **jurisprudência**, **doutrina** e **costumes**.
Súmula vinculante e a Administração: qual o efeito?	A **súmula vinculante** do STF **obriga o Judiciário e a administração pública** (direta e indireta, de todos os entes). **Descumprimento** pode ser contestado por **reclamação**.
Poderes administrativos: quais são?	**Vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar, regulamentar** e **de polícia**. Servem a **finalidades** distintas; **abusos** (excesso e desvio) são **controláveis**.

Questões

gabarito comentado na p. 50

32 INÉDITA FAROL

Acerca de governo e Administração Pública, assinale a opção correta.

(A) Governo e Administração são sinônimos.
(B) A função administrativa é exercida exclusivamente pelo Poder Executivo.
(C) Governo é atividade política de direção; Administração executa as decisões de forma técnica e subordinada à lei.
(D) A Administração Pública fixa livremente os objetivos do Estado.
(E) O Direito Administrativo brasileiro está reunido em um código único.

33 INÉDITA FAROL

A função administrativa

(A) é exclusiva do Poder Executivo.
(B) é exercida tipicamente pelo Executivo e atipicamente pelo Legislativo e pelo Judiciário.
(C) não é exercida pelo Judiciário.
(D) é exercida apenas por entidades da administração indireta.
(E) é sinônimo de governo.

34 INÉDITA FAROL

O Direito Administrativo brasileiro

(A) é codificado em um código único.
(B) está disciplinado em leis esparsas.
(C) é ramo do direito privado.
(D) não admite a jurisprudência como fonte.
(E) é regulado só pela Constituição.

35 INÉDITA FAROL

Integram a Administração Pública indireta

(A) ministérios e secretarias.
(B) autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.
(C) os Poderes Legislativo e Judiciário.
(D) os municípios.
(E) os partidos políticos.

36 INÉDITA FAROL

Em sentido subjetivo, a expressão Administração Pública designa

(A) a atividade de prestar serviços públicos.
(B) o conjunto de órgãos, entidades e agentes que exercem a função administrativa.
(C) a função política de fixar as diretrizes do governo.
(D) o poder de editar leis.
(E) apenas o Poder Executivo federal.

37 INÉDITA FAROL

Constitui fonte primária do Direito Administrativo

(A) a doutrina.
(B) o costume administrativo.
(C) a lei, em sentido amplo.
(D) a jurisprudência não vinculante.
(E) o parecer de órgão consultivo.

38 INÉDITA FAROL

Administração Pública em sentido subjetivo corresponde

(A) às atividades de serviço público e polícia.
(B) ao conjunto de órgãos, entidades e agentes que exercem a função administrativa.
(C) à função política de governo.
(D) ao Poder Legislativo.
(E) às leis administrativas.

39 INÉDITA FAROL

É fonte primária do Direito Administrativo

(A) a doutrina.
(B) a jurisprudência.
(C) a lei.
(D) o costume.
(E) o parecer jurídico.

5.2 ITEM 2.1 DO EDITAL PRIORIDADE ALTA

Ato administrativo — elementos e atributos



Tópico online
podcast, revisão e atualizações



Videoaula
aula completa no YouTube



3 questões online
corrigidas na hora

Resumo

Ato administrativo é a manifestação unilateral de vontade da Administração, sob regime de direito público, que produz efeitos jurídicos imediatos. O estudo se divide em elementos, que compõem o ato, e atributos, que são suas características.

- **Elementos:** competência, finalidade, forma, motivo e objeto.
- **Vinculados e discricionários:** competência, finalidade e forma são sempre vinculadas; motivo e objeto podem ser discricionários e formam o mérito.
- **Atributos:** presunção de legitimidade e veracidade, autoexecutoriedade, tipicidade e imperatividade (PATI).
- **Presunção:** existe em todo ato e é relativa.
- **Imperatividade e autoexecutoriedade:** não existem em todo ato.
- **Vícios:** a Lei nº 4.717/1965 (art. 2º) prevê um para cada elemento.

Entenda

Elementos e atributos não se confundem

Elementos (ou requisitos) são as partes sem as quais o ato não se forma validamente: competência, finalidade, forma, motivo e objeto (COFIFOMOB). Atributos são as qualidades que diferenciam o ato administrativo do ato privado.

> *Ex.: na multa de trânsito, o agente da autoridade de trânsito é a competência, a segurança viária é a finalidade, o auto de infração é a forma, o excesso de velocidade é o motivo e a penalidade é o objeto.*

Competência

É o poder que a lei atribui ao agente para praticar o ato. É irrenunciável, mas admite delegação e avocação nos casos previstos em lei (Lei nº 9.784/1999, art. 11). O ato praticado fora das atribuições legais do agente tem vício de incompetência.

> *Ex.: o chefe de seção aplica demissão, pena que não é de sua alçada.*

Finalidade

Todo ato busca o interesse público e, além dele, o fim específico que a lei lhe atribui. O ato que não se volta à satisfação do interesse público é nulo, por desvio de finalidade.

> *Ex.: remover o servidor para outra cidade com o intuito de puni-lo. A remoção existe para ajustar a lotação, não para punir.*

Forma

É o modo como o ato se exterioriza, em regra escrito, e inclui as formalidades que a lei exige para sua edição. O vício de forma é a omissão ou a observância incompleta ou irregular de formalidade indispensável à existência ou seriedade do ato.

> *Ex.: a lei exige decisão escrita e motivada para o indeferimento, e a autoridade indefere verbalmente.*

Motivo

É a situação de fato e de direito que leva à prática do ato. O vício de motivo aparece de duas maneiras: o fato não existiu ou o fato existiu, mas é juridicamente inadequado para aquele resultado. Motivo não é motivação: esta é a exposição escrita dos motivos e integra a forma.

> *Ex.: o servidor é punido por falta em dia em que estava de férias (motivo inexistente). O servidor é demitido por um atraso de dez minutos, fato que a lei pune com advertência (motivo inadequado).*

Objeto

É o efeito jurídico imediato do ato: aquilo que ele cria, modifica ou extingue. Deve ser lícito, possível e determinado. Há ilegalidade do objeto quando o resultado do ato viola lei, regulamento ou outro ato normativo.

> *Ex.: a autoridade aplica ao servidor uma pena que a lei não prevê, como o rebaixamento de cargo.*

Mérito administrativo

Quando a lei deixa margem de escolha quanto ao motivo e ao objeto, a Administração decide por conveniência e oportunidade. Esse espaço é o mérito. Competência, finalidade e forma nunca entram nele.

> *Ex.: a lei autoriza suspensão de 1 a 90 dias; a escolha de 15 dias é mérito. Quem aplica a pena e por qual processo, não.*

Presunção de legitimidade e de veracidade

Presume-se que o ato está conforme a lei (legitimidade) e que os fatos que ele declara são verdadeiros (veracidade). A presunção existe em todo ato e é relativa: admite prova em contrário, a cargo de quem alega o vício. Por causa dela, o ato produz efeitos desde logo, mesmo se contestado.

> *Ex.: o auto de infração vale até o condutor provar que não cometeu a infração. A certidão emitida pelo órgão faz presumir verdadeiro o fato certificado.*

Imperatividade

O ato cria obrigação para terceiros independentemente de sua concordância. É o chamado poder extroverso, e alcança particulares em geral, não só servidores e delegatários. Não existe nos atos que apenas atendem a um pedido do interessado (licença, autorização) nem nos que só declaram um fato (certidão, atestado).

> *Ex.: a ordem de interdição de um estabelecimento obriga o dono, queira ele ou não.*

Autoexecutoriedade

A Administração executa o ato por seus próprios meios, sem ordem judicial prévia. Só existe com previsão em lei ou em situação de urgência. Divide-se em exigibilidade, que usa meio indireto de coerção, e executoriedade, que usa meio direto.

> *Ex.: a multa pressiona o infrator a cumprir a regra (exigibilidade); a remoção do veículo é feita pelo próprio agente (executoriedade). A multa não paga só é cobrada à força por execução judicial.*

Tipicidade

O ato corresponde a uma figura definida previamente em lei, apta a produzir determinado resultado. Impede a Administração de criar atos inominados e existe nos atos unilaterais.

> *Ex.: para punir o servidor, a autoridade usa uma das penalidades do art. 127 da Lei nº 8.112/1990; não inventa outra.*

§ Letra da lei

Lei nº 4.717/1965, art. 2º — "São nulos os atos lesivos ao patrimônio das entidades mencionadas no artigo anterior, nos casos de: a) incompetência; b) vício de forma; c) ilegalidade do objeto; d) inexistência dos motivos; e) desvio de finalidade."

Lei nº 4.717/1965, art. 2º, parágrafo único, "c" — "a ilegalidade do objeto ocorre quando o resultado do ato importa em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo;"

Lei nº 4.717/1965, art. 2º, parágrafo único, "d" — "a inexistência dos motivos se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido;"

Quadro

Elemento	Vinculado ou discricionário	Vício (Lei nº 4.717/1965, art. 2º)
Competência	Vinculado	Incompetência
Finalidade	Vinculado	Desvio de finalidade
Forma	Vinculado	Vício de forma
Motivo	Pode ser discricionário	Inexistência dos motivos
Objeto	Pode ser discricionário	Ilegalidade do objeto

Atributo	O que significa	Em todo ato?
Presunção de legitimidade e veracidade	Ato conforme a lei; fatos verdadeiros	Sim
Tipicidade	Ato corresponde a figura prevista em lei	Nos atos unilaterais
Imperatividade	Cria obrigação sem a concordância do destinatário	Não
Autoexecutoriedade	Execução sem ordem judicial prévia	Não

Como a banca cobra

- "São atributos do ato administrativo a presunção de legitimidade, a imperatividade, a autoexecutoriedade e a tipicidade." → **certo**.
- "São atributos dos atos administrativos: competência, finalidade, forma, motivo e objeto." → **errado** (são os elementos).
- "A autoexecutoriedade está presente em todos os atos, sem necessidade de autorização legal ou judicial." → **errado** (exige lei ou urgência).
- "A autoexecutoriedade consiste em criar, unilateralmente, obrigações para o particular, sem necessitar da anuência deste." → **errado** (a descrição é da imperatividade).
- "As presunções de veracidade e legitimidade são absolutas, não se admitindo prova em contrário." → **errado** (são relativas).
- "Além da presunção de legitimidade, determinados atos, como as certidões, gozam de presunção de veracidade." → **certo**.
- "A correlação entre a conduta da Administração e a adequação à previsão legal constitui o conceito de presunção de legitimidade." → **certo**.
- "A Administração não pode estabelecer, unilateralmente, obrigações aos particulares, mas apenas a servidores e delegatários." → **errado** (imperatividade).
- "Tanto a inexistência da matéria de fato quanto a sua inadequação jurídica podem configurar vício de motivo." → **certo** (art. 2º, parágrafo único, "d").
- "O ato que não cumprir a finalidade de satisfazer o interesse público será nulo." → **certo** (desvio de finalidade).
- **Detalhe que derruba o item:** a troca de lista (elementos apresentados como atributos), a troca de definição (imperatividade por autoexecutoriedade) e a generalização: "todos os atos", "sempre", "absoluta".

Revisão rápida

- ☐ **Quais são os elementos do ato?** Competência, finalidade, forma, motivo e objeto.
- ☐ **Quais elementos são sempre vinculados?** Competência, finalidade e forma.
- ☐ **O que é o mérito?** A escolha de motivo e objeto, por conveniência e oportunidade.
- ☐ **Quais são os atributos?** Presunção de legitimidade e veracidade, autoexecutoriedade, tipicidade e imperatividade.
- ☐ **A presunção de legitimidade é absoluta?** Não; é relativa e inverte o ônus da prova.
- ☐ **Qual atributo cria obrigação sem concordância?** A imperatividade.
- ☐ **Quando há autoexecutoriedade?** Com previsão legal ou urgência.
- ☐ **Quando há vício de motivo?** Fato inexistente ou juridicamente inadequado ao resultado.

Mapa mental

Ato administrativo: elementos e atributos

Elementos

- Competência, finalidade, forma: vinculados
- Motivo e objeto: mérito possível

Presunção de legitimidade

- Em todo ato
- Relativa: inverte o ônus da prova

Imperatividade

- Impõe sem concordância
- Não existe em negociais e enunciativos

Autoexecutoriedade

- Só com lei ou urgência
- Exigibilidade: meio indireto (multa)
- Executoriedade: meio direto (demolição)
- Cobrar multa exige execução fiscal

Tipicidade

- Ato previsto em lei

Vícios (Lei 4.717)

- Incompetência e forma
- Objeto ilegal e motivo inexistente
- Desvio de finalidade

⚠ Pegadinha

- Autoexecutoriedade em todos os atos → errado

Flashcards

cubra a resposta e teste a memória

Atributos do ato administrativo (doutrina majoritária).	**P**resunção de legitimidade, **I**mperatividade, **A**utoexecutoriedade e **T**ipicidade. A autoexecutoriedade não está presente em todo ato — exige previsão legal ou urgência.
Vício de motivo do ato administrativo: em que consiste?	A **inexistência dos motivos** ocorre quando a matéria de fato ou de direito em que se funda o ato é **materialmente inexistente** ou **juridicamente inadequada** ao resultado (Lei 4.717/1965, art. 2º, parágrafo único, "d"). As duas hipóteses viciam o motivo.
Imperatividade: a Administração pode impor obrigações a particulares unilateralmente?	**Sim.** Imperatividade (poder extroverso) é o atributo pelo qual o ato se impõe a terceiros **independentemente de sua concordância** — não só a servidores e delegatários. Armadilha: nem todo ato é imperativo (ex.: atos enunciativos e negociais).
Presunção de legitimidade × presunção de veracidade: o que é cada uma e são absolutas?	**Legitimidade (legalidade):** o ato presume-se **conforme a lei**. **Veracidade:** presumem-se **verdadeiros os fatos** alegados (ex.: certidões, atestados). Ambas são **relativas (juris tantum)** — admitem prova em contrário, com ônus para quem alega.

Elementos (requisitos) × atributos do ato administrativo: quais são?	**Elementos/requisitos** (Lei 4.717, art. 2º): **competência, finalidade, forma, motivo e objeto** (CO-FI-FO-M-OB). **Atributos:** presunção de legitimidade, imperatividade, autoexecutoriedade, tipicidade (PIAT). Ato que não visa ao interesse público tem vício de **finalidade** → nulo. Pegadinha: chamar os elementos de atributos.
Autoexecutoriedade × imperatividade: qual cria obrigações unilateralmente e qual executa sem o Judiciário?	**Imperatividade:** impor **obrigações** a terceiros independentemente de concordância. **Autoexecutoriedade:** a Administração **executa diretamente** suas decisões, **sem precisar recorrer ao Judiciário** (depende de lei ou urgência). Pegadinha: definir autoexecutoriedade como criação de obrigações, ou exigir ordem judicial prévia.

? Questões

gabarito comentado na p. 50

40 INÉDITA FAROL

São atributos do ato administrativo:

(A) competência, finalidade e forma.
(B) motivo, objeto e finalidade.
(C) eficácia, validade e perfeição.
(D) discricionariedade e vinculação.
(E) presunção de legitimidade, imperatividade, autoexecutoriedade e tipicidade.

41 INÉDITA FAROL

A autoexecutoriedade está presente em todos os atos administrativos, permitindo à Administração executá-los diretamente, sem necessidade de autorização legal ou judicial.

(C) Certo (E) Errado

42 INÉDITA FAROL

São atributos do ato administrativo, segundo a doutrina majoritária, a presunção de legitimidade, a imperatividade, a autoexecutoriedade e a tipicidade.

(C) Certo (E) Errado

Gabarito comentado · Direito Administrativo

32 C 33 B 34 B 35 B 36 B 37 C 38 B 39 C 40 E 41 E 42 C

32 C Estado, governo e Administração Pública; conceito, objeto...

Governo exerce função política e decide os rumos, enquanto a Administração executa essas decisões de forma técnica e sob a lei. Por isso não são sinônimos, e a função administrativa tampouco é exclusiva do Executivo, pois os demais Poderes a exercem atipicamente.

33 B Estado, governo e Administração Pública; conceito, objeto ...

Administrar é típico do Executivo, mas Legislativo e Judiciário também o fazem de forma atípica, ao realizar concursos, licitações e gestão de pessoal. Dizer que a função é exclusiva do Executivo ignora justamente essa atuação atípica dos demais Poderes.

34 B Estado, governo e Administração Pública; conceito, objeto ...

Falta ao Brasil um código administrativo: a matéria se distribui por normas como a Lei 9.784/1999, a Lei 14.133/2021 e a Lei 8.112/1990. Também é errado negar a jurisprudência como fonte, pois ela figura entre as fontes secundárias.

35 B Estado, governo e Administração Pública; conceito, objeto ...

Conforme a CF, art. 37, XIX, a Administração indireta reúne autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Ministérios e secretarias enganam por serem estruturas públicas, mas são órgãos da Administração direta, sem personalidade própria de entidade indireta.

36 B Estado, governo e Administração Pública; conceito, objeto ...

O sentido subjetivo, orgânico ou formal responde a quem exerce a função administrativa: órgãos, entidades e agentes. A prestação de serviços públicos é a atividade em si, e por isso corresponde ao sentido objetivo, material ou funcional.

37 C Estado, governo e Administração Pública; conceito, objeto...

A lei em sentido amplo, que inclui a Constituição, é a fonte primária do Direito Administrativo. A jurisprudência não vinculante atrai pela força das decisões judiciais, mas é fonte secundária, ao lado da doutrina e dos costumes.

38 B Estado, governo e Administração Pública; conceito, objeto ...

O critério subjetivo, também chamado orgânico ou formal, olha para quem exerce a função: órgãos, entidades e agentes. Serviço público e polícia são atividades, portanto pertencem ao sentido objetivo da expressão, e essa troca é a pegadinha.

39 C Estado, governo e Administração Pública; conceito, objeto...

Em sentido amplo, abrangendo inclusive a Constituição, a lei é a fonte primária do Direito Administrativo. Jurisprudência, doutrina e costumes são secundárias; o costume, em especial, atua só de forma complementar e não cria obrigação contra a lei.

40 E Ato administrativo — elementos e atributos

Atributos (características do ato): presunção de legitimidade e veracidade, imperatividade, autoexecutoriedade e tipicidade. Competência, finalidade, forma, motivo e objeto são requisitos/elementos do ato.

41 Errado Ato administrativo — elementos e atributos

Errado. A autoexecutoriedade não é atributo de todo ato administrativo: exige previsão em lei ou situação de urgência que a justifique.

42 Certo Ato administrativo — elementos e atributos

Certo. Trata-se da classificação dos atributos do ato administrativo amplamente adotada pela doutrina (por todos, Maria Sylvia Zanella Di Pietro).

Simulado final

10 questões de múltipla escolha das disciplinas do edital, na proporção do peso de cada uma. Tempo sugerido: **70 minutos**. Marque na folha de respostas e confira no gabarito comentado, ou faça online e veja a nota projetada para a prova inteira.

Faça este simulado online
correção e nota projetada na hora

S1 INÉDITA FAROL

Durante anos, o trecho da serra foi conhecido como o mais perigoso da região. As curvas fechadas, a neblina frequente e o acostamento estreito somavam-se à pressa de quem queria vencer a subida antes do anoitecer. Nos últimos tempos, porém, os registros de acidentes caíram de forma expressiva. Não houve obra de duplicação nem mudança no traçado: o que mudou foi a combinação de sinalização mais visível, radares nos pontos críticos e fiscalização frequente nos fins de semana. Os motoristas que antes reclamavam das abordagens passaram a reconhecer que a viagem ficou mais tranquila. O caso sugere que nem toda solução para a segurança viária depende de grandes investimentos em engenharia; às vezes, o resultado vem de medidas simples, aplicadas com constância.

Texto autoral para fins didáticos.

No trecho “O caso sugere que nem toda solução para a segurança viária depende de grandes investimentos”, a forma verbal “sugere” pode ser substituída, sem prejuízo do sentido, por:

(A) ordena.
(B) indica.
(C) garante.
(D) contesta.
(E) dissimula.

S2 INÉDITA FAROL

Assinale a alternativa correta quanto à regência verbal, segundo a norma-padrão.

(A) O servidor obedeceu o chefe sem questionar.
(B) Assisti o filme sobre segurança no trânsito.
(C) Prefiro antes trabalhar do que ficar parado.
(D) Ele esqueceu-se o documento em casa.
(E) A nova regra implicará mudanças na escala de plantão.

S3 INÉDITA FAROL

Dona Lurdes chegou ao balcão às sete e meia, meia hora antes de a repartição abrir. Trazia numa sacola plástica todos os papéis que juntara em quarenta anos de trabalho: carteiras, recibos, um contracheque amarelado. Queria a aposentadoria e não confiava em computadores. O servidor que a atendeu poderia ter dito que tudo se resolvia pelo aplicativo; preferiu sentar-se ao lado dela e abrir, um a um, os documentos. Saíram de lá, os dois, com o pedido protocolado e uma lição que nenhum treinamento ensina: atender bem é, antes de tudo, não ter pressa com quem esperou a vida inteira.

Texto autoral para fins didáticos.

No trecho "não ter pressa com quem esperou a vida inteira", a expressão "esperou a vida inteira" é empregada em sentido:

(A) literal, indicando que Dona Lurdes ficou na fila da repartição desde a juventude.

(B) literal, referindo-se à meia hora de espera antes da abertura.

(C) figurado, sugerindo que Dona Lurdes nunca trabalhou.

(D) literal, indicando o tempo de espera pela resposta do aplicativo.

(E) figurado, sugerindo a longa trajetória de trabalho de Dona Lurdes até chegar à aposentadoria.

S4 INÉDITA FAROL

Uma moeda honesta é lançada três vezes. A probabilidade de se obterem exatamente duas caras é:

(A) 3/8

(B) 1/8

(C) 1/2

(D) 1/4

(E) 2/3

S5 INÉDITA FAROL

No Excel, a função PROCV é utilizada para:

(A) procurar um valor na primeira coluna de uma tabela e retornar o valor correspondente de outra coluna, na mesma linha.

(B) somar os valores de um intervalo que atendem a um critério.

(C) contar as células vazias de um intervalo.

(D) calcular a média ponderada de valores.

(E) converter texto em número.

S6 INÉDITA FAROL

Nos termos do art. 144, § 4º, da Constituição Federal, às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União:

(A) a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

(B) as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

(C) o patrulhamento das rodovias estaduais.

(D) a proteção dos bens, serviços e instalações municipais.

(E) a execução de atividades de defesa civil.

S7 INÉDITA FAROL

O princípio da autotutela permite à administração:

(A) rever os próprios atos, anulando os ilegais e revogando os inconvenientes ou inoportunos, sem precisar recorrer ao Judiciário.

(B) julgar crimes cometidos por servidores.

(C) alterar leis aprovadas pelo Legislativo.

(D) controlar a atividade de entidades da administração indireta por subordinação hierárquica.

(E) desconsiderar decisões judiciais transitadas em julgado.

S8 INÉDITA FAROL

Pelo Anexo I do CTB, autoridade de trânsito é

(A) o dirigente máximo de órgão ou entidade executivo integrante do Sistema Nacional de Trânsito ou pessoa por ele expressamente credenciada.

(B) todo servidor civil ou militar em exercício de fiscalização, independentemente de designação ou de credenciamento pelo órgão.

(C) o agente que lavra o auto de infração, ainda que não seja o dirigente do órgão nem tenha sido por ele credenciado para a função.

(D) somente o Presidente do CONTRAN e os dirigentes máximos das JARI vinculadas aos órgãos executivos de trânsito dos estados.

(E) o policial rodoviário federal em patrulhamento, quando investido de poder de polícia sobre vias federais, em caráter exclusivo.

S9 INÉDITA FAROL

Inovar artificiosamente, em caso de sinistro automobilístico com vítima, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, a fim de induzir a erro o agente policial, o perito ou o juiz, é crime previsto no art. 312 do CTB, que

(A) se aplica somente depois de instaurado o inquérito policial, por exigência de sua elementar típica.

(B) se aplica somente quando a vítima do sinistro tiver sofrido lesão corporal de natureza gravíssima.

(C) se aplica ainda que não iniciado o procedimento preparatório, o inquérito ou o processo.

(D) se aplica somente se o agente for o próprio condutor do veículo envolvido no sinistro de trânsito.

(E) se aplica somente depois do recebimento da denúncia pelo juízo criminal da comarca competente.

S10 INÉDITA FAROL

Segundo o art. 115, § 2º, do CTB, as placas com as cores verde e amarela da Bandeira Nacional são usadas somente pelos veículos de representação pessoal de autoridades entre as quais

(A) os Governadores de Estado, os Deputados Federais e os Senadores da República.

(B) os Prefeitos das capitais, os Ministros do STJ e os Comandantes das Forças Armadas.

(C) os Governadores de Estado, os Ministros de Estado e os Presidentes dos Tribunais de Justiça.

(D) os Ministros de Estado, o Advogado-Geral da União e o Procurador-Geral da República.

(E) os Procuradores-Gerais de Justiça, os Deputados Estaduais e os Vereadores das capitais.

Folha de respostas

S1	A B C D E	**S2**	A B C D E	**S3**	A B C D E	**S4**	A B C D E
S5	A B C D E	**S6**	A B C D E	**S7**	A B C D E	**S8**	A B C D E
S9	A B C D E	**S10**	A B C D E				

Gabarito comentado do simulado

S1 B **S2** E **S3** E **S4** A **S5** A **S6** B **S7** A **S8** A **S9** C **S10** D

S1 **B** Significação das palavras — sentido no contexto

"Sugerir", no contexto, significa dar a entender, apontar: "indica". "Ordena" (A) e "garante" (C) são mais fortes que a ideia de sugestão; "contesta" (D) tem sentido oposto; "dissimula" (E) significa ocultar.

S2 **E** Regência verbal e nominal

"Implicar", no sentido de acarretar, é transitivo direto: "implicará mudanças" (e não "implicará em"). "Obedecer" pede "a": "obedeceu ao chefe" (A). "Assistir" (ver) pede "a": "Assisti ao filme" (B). "Preferir" não aceita "antes" nem "do que" (C). Pronominal, "esquecer-se" pede "de": "esqueceu-se do documento" (D).

S3 **E** Figuras de linguagem

A expressão é hiperbólica e figurada: remete aos "quarenta anos de trabalho" que antecedem o pedido de aposentadoria. Ela não esperou literalmente a vida toda na repartição (A), e a meia hora (B) é pequena demais para a expressão. Dona Lurdes trabalhou, o que exclui (C), e ela não usou o aplicativo (D).

S4 **A** Probabilidade

Há $2^3 = 8$ resultados possíveis. Exatamente duas caras: KKC, KCK e CKK, ou seja, 3 casos ($C(3,2) = 3$). $P = 3/8$. O valor 1/8 (B) é a chance de uma sequência específica, e 1/2 (C) seria a chance de "pelo menos duas caras" (4/8).

S5 **A** Planilhas — Microsoft Excel e LibreOffice Calc (fórmulas, r...

Na sintaxe =PROCV(valor; tabela; nº da coluna; [procurar_intervalo]), a busca é feita na primeira coluna e o resultado vem da coluna indicada (com FALSO, a correspondência é exata). Somar com critério (B) é SOMASE. Contar vazias (C) é CONTAR.VAZIO. Converter texto em número (E) é VALOR.

S6 **B** Segurança pública e atribuições da PRF (art. 144)

Art. 144, § 4º: às polícias civis incumbem "as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares". A polícia ostensiva (A) é das polícias militares (§ 5º). A proteção dos bens municipais (D) é das guardas municipais (§ 8º). A defesa civil (E) cabe aos bombeiros militares.

S7 **A** Princípios expressos e implícitos da Administração Pública

A autotutela é expressa na Súmula 473 do STF e no art. 53 da Lei 9.784/1999. O controle das entidades da administração indireta pelo ente que as criou (D) é tutela, ou supervisão ministerial, que é controle finalístico e não hierárquico. A administração não julga crimes (B), não altera leis (C) e não desrespeita a coisa julgada (E).

S8 **A** CTB — Conceitos e definições (Anexo I)

O Anexo I define autoridade como o dirigente máximo de órgão ou entidade executivo do SNT, ou pessoa por ele expressamente credenciada. O agente é quem fiscaliza e lavra o auto, categoria distinta, frequentemente confundida com a própria autoridade.

S9 **C** CTB — Crimes de trânsito

O parágrafo único do art. 312 estende o tipo aos casos em que, na inovação, ainda não foram iniciados o procedimento preparatório, o inquérito ou o processo. A exigência de inquérito instaurado contraria exatamente essa ressalva do dispositivo.

S10 **D** CTB — Veículos: segurança, registro, licenciamento, esc...

O § 2º do art. 115 restringe as placas verde e amarela a autoridades federais específicas, como Presidente e Vice-Presidente da República, Ministros de Estado, AGU e PGR. Governadores e parlamentares em geral não integram a lista, embora pareçam candidatos naturais.

Continue no Farol

Este caderno é o começo. Na plataforma, cada resposta sua ajusta o plano.

Plano do dia
o que estudar hoje, montado pelo edital e pelos seus erros

Questões ilimitadas
42 questões deste edital, corrigidas na hora

Revisão espaçada
flashcards que voltam no dia certo, sem você contar

Simulados no tempo da prova
com nota projetada e posição no corte

Podcasts e videoaulas
para estudar no trânsito e na academia

Diagnóstico de erros
o padrão dos seus erros e o que revisar primeiro

Caderno completo em PDF
142 tópicos · 2.059 questões · acesso imediato

Crie sua conta grátis
farolestudos.com.br · sem cartão

Anotações

Farol
estudos

Estudo com plano, do primeiro dia à aprovação.

farolestudos.com.br